



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

RAFAELLE HIGINO DE LEMOS

**GÊNERO E RAÇA: OS MOVIMENTOS DE ENFRENTAMENTO NA HISTÓRIA DE
VIDA DE UMA MULHER NEGRA ALAGOANA**

Maceió

2022

RAFAELLE HIGINO DE LEMOS

**GÊNERO E RAÇA: OS MOVIMENTOS DE ENFRENTAMENTO NA HISTÓRIA DE
VIDA DE UMA MULHER NEGRA ALAGOANA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para a obtenção do grau de Mestra em Psicologia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro.

Maceió

2022

**Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

L557g Lemos, Rafaelle Higinio de.
Gênero e raça : os movimentos de enfrentamento na história de vida de um
mulher negra alagoana / Rafaelle Higinio de Lemos. – 2021.
79 f. : il.

Orientadora: Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro.
Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas.
Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Maceió.

Bibliografia: f. 68-76.
Apêndices: f. 77-79.

1. Feministas negras. 2. Apoio social. 3. Construcionismo social. 4.
Psicologia. I. Título.

CDU: 159.9:396



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA - IP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGP

TERMO DE APROVAÇÃO

RAFAELLE HIGINO DE LEMOS

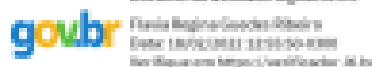
Título do Trabalho: GÊNERO E RAÇA: OS MOVIMENTOS DE ENFRENTAMENTO NA HISTÓRIA DE VIDA DE UMA MULHER NEGRA ALAGOANA.

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:

Profa. Dra. Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro (PPGP/UFAL)

Examinadoras:



Profa. Dra. Flávia Regina Guedes Ribeiro (UFAL)

Profa. Dra. Simone Maria Hüning (PPGP/UFAL)

Maceió-AL, 17 de fevereiro de 2022.

GRATIDÃO

(...) Somos a continuidade de mulheres negras que nunca conheceram o que era a escrita e também escritoras negras como Maria Firmina, Carolina Maria de Jesus, Maria Tereza, entre outras que não estão mais entre nós, mas que nos presentearam com suas flores e espalharam suas sementes que germinaram bons frutos, nos quais colhemos e nos alimentamos nos dias de hoje. Mas como toda plantação, precisamos constantemente replantar e espalhar novas sementes (FAUSTINO; SOUZA, 2013, p. 7).

Não estive sozinha nesta escrita...

Sou uma semente espalhada neste mundo por todas as intelectuais negras que antecederam a minha existência e estiveram comigo no desenvolvimento deste trabalho, que foi marcado por um lugar de desconstrução e sentimentos intensos de afetação e empatia.

O caminho não foi fácil, já que as reflexões que surgiram me levaram a uma revolução pessoal, repleta de inquietações que me permitiram transformá-las em palavras. O encontro com a história de mulheres negras e seus atos de resistências foram um abraço diante das minhas inseguranças no desenvolvimento desta pesquisa.

Eu consegui, mas com uma rede de apoio que me acolheu nesse percurso e me mostrou que era possível finalizar essa etapa tão importante na minha vida. Meus agradecimentos vão primeiro à interlocutora desta pesquisa, Vanda Menezes, por compartilhar sua história de vida comigo. A você, minha admiração, carinho e respeito.

À minha família – meu pai, Almir Higino, minha mãe, Alcina, e minha irmã, Wanessa –, por ser a minha força, acolher meus sonhos e não medir esforços para me apoiar nas minhas decisões. Gratidão pelo amor e carinho que vão além do que eu possa expressar aqui em palavras.

Ao meu noivo, Victor, por ser meu grande parceiro, por ter me incentivado desde o início desse sonho, acompanhando-me semanalmente às viagens a Maceió e esperando-me pacientemente durante aulas, orientações e sempre feliz com cada evolução minha neste percurso. Obrigada pelo seu acolhimento com palavras doces e de força diante dos momentos de medo, angústia e desespero. Sua presença e carinho foram essenciais nessa caminhada. Não teria conseguido sem o seu apoio.

À minha estimada orientadora, Prof.^a Dr.^a Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro, a quem chamamos carinhosamente de Xili, por ser exatamente quem é e aflorar o melhor de mim. Por

ser receptiva, paciente, por ter me acolhido desde o primeiro dia que estive na UFAL, me tranquilizando de que seria possível passar por essa etapa e finalizá-la com sucesso. As orientações e conversas foram essenciais para o meu crescimento pessoal e profissional. Gratidão, Xili, por compartilhar e me nutrir com a sua sabedoria, permitindo-me levá-la aonde quer que eu vá e/ou esteja. Meu desejo é que todos/as possam ter uma Xili na vida. Obrigada por tudo!

Às amigas que encontrei durante o mestrado e que foram essenciais nessa caminhada árdua. Agradeço à Hygina, Eriane, Rayane, Eline, Débora, Simone e Laura pelos momentos de troca, de compartilhamentos e união.

Agradeço à banca examinadora, Prof.^a Dra.^a Flávia Regina Guedes Ribeiro, Prof.^a Dr.^a Érika Cecília Soares Oliveira e Prof.^a Dra.^a Simone Maria Hüning por aceitarem fazer parte desta pesquisa e enriquecerem meu trabalho com suas contribuições para o desenvolvimento da minha escrita e do meu EU enquanto pesquisadora. Muita admiração por vocês!

Gratidão às minhas companheiras de trabalho do CREAS, Cecília e Iara, por me incentivarem e me ajudarem desde o início desse sonho, compreendendo minha rotina e ausências. Vocês são parte disso!

E um agradecimento mais que especial a Deus e à Nossa Senhora, pela força e fé que me conduzem na minha caminhada e me fazem crer que estão sempre me protegendo e me levando a lugares que não achei que seriam possíveis!

RESUMO

A presente pesquisa busca compreender as estratégias de enfrentamento para lidar com situações vividas como preconceito racial, o impacto do racismo na história de vida de uma mulher negra, através das narrativas do seu modo de vida, família, trabalhos, movimentos (negro e feminista), religião, identificando suas redes de apoio e em suas vivências a contribuição dos movimentos sociais e políticos na sua trajetória, dialogando com referências do feminismo negro. A história de vida focalizada é de Vanda Menezes, mulher negra, alagoana, psicóloga, militante do movimento negro, feminista e a primeira secretária da mulher do estado de Alagoas. Mulher atuante na luta por direitos da população negra a partir da sua participação em movimentos sociais e em lugares de gestão política. Os estudos e discussões étnico- raciais, no Brasil, vêm adquirindo espaço e possibilitando expressar outras narrativas sobre a história da população negra, revigorando o debate sobre sua condição social e efetiva participação na construção da cultura brasileira. Foram destacados quatro aspectos para a compreensão e análise desse diálogo: *Sobre Vanda Menezes*: sua história de vida, destacando sua família, formação profissional e discussões sobre as questões raciais. *Ser mulher negra*: discussão da identificação racial, do que é ser mulher negra e a importância do feminismo negro nesse processo. *O caminho à participação e ações políticas*: pontua o início da sua militância, a participação em lugares de gestão e a importância de incorporar questões de gênero e étnico- raciais no planejamento e execução de políticas. *Estratégias de enfrentamento a situações racistas*: a construção da sua rede de apoio e de estratégias de enfrentamento para lidar com situações de opressão e violências cotidianas, sinalizando a articulação entre recursos subjetivos e coletivos. A pesquisa caracteriza-se por uma metodologia relacional ao possibilitar a construção de espaços em que os colaboradores são convidados a dialogar e através dessa relação colaborativa ressignificar compreensões, relações, ações, entre outros, construindo as possibilidades para a pesquisadora compreender as questões que realçam o modo como a experiência social adquire significado. Fundamenta-se nos pressupostos do construcionismo social que nos convida a desafiar as bases objetivas do conhecimento convencional e desconstruir os mitos que possam representar de forma correta e fiel, a realidade. O encontro e diálogo com a interlocutora aconteceu de forma fluida e espontânea, orientada pela proposta do relato de sua história de vida, seu percurso, recursos significantes, redes de apoio, que a ajudaram e a acompanharam em cada contexto. A discussão dialoga com autoras negras, que destacam a necessidade de construir um discurso contra- hegemônico, que rompe com processos de opressão e dominação e se articule com as suas experiências.

Palavras-chave: Feminismo negro. Redes de apoio. Mulheres negras. Construcionismo Social. Psicologia.

ABSTRACT

The present research seeks to understand the coping strategies to deal with situations experienced as racial prejudice, the impact of racism on the life story of a black woman, through the narratives of her way of life, family, work, movements (black and feminist), religion, identifying their support networks and in their experiences the contribution of social and political movements in their trajectory, dialoguing with references of black feminism. The focused life story is that of Vanda Menezes, a black woman, from Alagoas, psychologist, activist in the black movement, feminist and the first secretary for women in the state of Alagoas. A woman active in the struggle for the rights of the black population through her participation in social movements and in places of political management. Ethno-racial studies and discussions in Brazil have been gaining space and making it possible to express other narratives about the history of the black population, reinvigorating the debate about their social condition and effective participation in the construction of Brazilian culture. Four aspects were highlighted for the understanding and analysis of this dialogue: About Vanda Menezes: her life story, highlighting her family, professional training and discussions on racial issues. Being a black woman: discussion of racial identification, what it means to be a black woman and the importance of black feminism in this process. The path to participation and political actions: points out the beginning of his militancy, participation in management positions and the importance of incorporating gender and ethnic-racial issues in the planning and execution of policies. Strategies for coping with racist situations: building your support network and coping strategies to deal with situations of oppression and everyday violence, signaling the articulation between subjective and collective resources. The research is characterized by a relational methodology by enabling the construction of spaces in which employees are invited to dialogue and, through this collaborative relationship, re-signify understandings, relationships, actions, among others, building the possibilities for the researcher to understand the issues that enhance the way in which social experience acquires meaning. It is based on the assumptions of social constructionism that invites us to challenge the objective bases of conventional knowledge and deconstruct the myths that can correctly and faithfully represent reality. The meeting and dialogue with the interlocutor took place in a fluid and spontaneous way, guided by the proposal of reporting her life story, her journey, significant resources, support networks, which helped and accompanied her in each context. The discussion dialogues with black authors, who highlight the need to build a counter-hegemonic discourse, which breaks with processes of oppression and domination and articulates with their experiences.

Keywords: Black feminism. Support networks. Black women. Social Constructionism. Psychology.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAR	Projeto de ampliação do acesso universal a saúde sexual e reprodutiva e aos direitos reprodutivos
CEDIM	Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher
CEP	Código de Ética em Pesquisa
Cepa	Centro Educacional de Pesquisa Aplicada
CESMAC	Centro de Ensino Superior de Maceió
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DST	Doenças sexualmente transmissíveis
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ECA	Estatuto da Criança e adolescente
ET	Extraterrestre
MNU	Movimento Negro Unificado
ONG	Organização Não Governamental
PC	Polícia Civil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
ONU	Organização das Nações Unidas
PF	Polícia Federal
PSB	Partido Socialista Brasileiro
SP	São Paulo
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UMMa	União de Mulheres de Maceió

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	8
1.1	Me (re)descobrir enquanto mulher negra	8
2	INTRODUÇÃO	12
3	“MINHA HISTÓRIA NÃO É DIFERENTE DE OUTRAS MULHERES NEGRAS, APESAR DE ALGUNS PRIVILÉGIOS”	17
3.1	Sobre Vanda Menezes	18
3.2	Ser mulher negra	22
3.3	O caminho à participação e ações políticas	26
3.4	Estratégias de enfrentamento a situações racistas	33
4	POSICIONAMENTOS TEÓRICO- METODOLÓGICOS	40
5	FEMINISMOS	50
5.1	Surgimento dos feminismos negros	52
5.2	Feminismo negro no contexto brasileiro	57
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
	REFERÊNCIAS	68
	APÊNDICES	77

1 APRESENTAÇÃO

1.1 Me (re)descobrir enquanto mulher negra

(...) a gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha dentre outras, mas tornar-se negra é uma conquista (GONZALEZ, 1988, p. 02).

A produção de conhecimento que uma pesquisa possibilita é um ato gradativo e processual, sendo o objeto construído ao longo de todo o processo, permitindo ampliar a nossa compreensão de mundo e como suas interpretações são construídas, influenciam a maneira de como se faz a pesquisa.

Importante destacar que até o início dessa caminhada eu não tinha percepção ou uma consciência a respeito da minha identidade racial, identificava-me inclusive como “parda, morena, amarela”, mas nunca enquanto mulher negra e isso sempre foi aceito por mim. Não me coloquei em um lugar de reflexão e questionamentos a respeito da minha identidade racial.

O caminho percorrido nesta pesquisa, o encontro com intelectuais negras e compreensões promovidas por este trabalho acabaram tornando-se um incentivo e convite para habitar o meu próprio corpo e despertar as inquietações sobre a minha identificação racial, sentimento de pertencimento e consciência identitária.

A potência desta escrita gerou-me um desconforto que me levou ao momento em que me percebo enquanto mulher negra, pois como bem fala Lélia Gonzalez (1988), nós não nascemos mulher negra, nós vamos nos tornando mulher negra e quando nos reconhecemos enquanto tal a luta se torna árdua e constante! Então, percebo que sempre estive em um não-lugar que me deixava em uma posição de não questionar sobre minha identidade. Hoje me identifico enquanto mulher negra de pele clara que encontrou condições para estar em um programa de pós graduação e teve acesso a uma rede de apoio, educação que me permitiu estar em um lugar de privilégio, como é o espaço da academia.

O olhar, a escuta neste caminho levaram-me a conhecer para me reconhecer nesta caminhada. Compreendo que os nossos corpos acabam sendo colonizados, racializados, atravessados e conformados, dessa forma: “olhar para si e experimentar o corpo como algo inadequado é um evento que conecta experiências e tem consequências” (FREITAS, 2021, p. 65). Assim, torna-se necessário novas escritas e narrativas e formas de produzir pesquisas que extrapolem o conhecimento hegemônico, aportadas em bases brancas e ocidentais.

A escrita, portanto, possibilitou-me refletir e a partir dela, envolver-me, aproximar-me, reconstruir-me nessa temática. Vinda de uma família que “nasce” em uma comunidade quilombola, meu avô materno é negro, minha vó materna era branca, tiveram doze filhos/as e os sete mais velhos/as são negros/as.

E desde muito cedo foram obrigados/as a trabalhar, assumindo responsabilidades, mantendo-se distantes da escola e de qualquer espaço considerado privilegiado, tanto que alguns/as permanecem em trabalhos de pouca/ nenhuma qualificação até os dias atuais. Passaram por situações racistas, foram marginalizados/as, sempre colocados/as em situação de exclusão e rotineiramente eu os ouvia falar o quanto é “ruim”, “feio/a” ser negro/a.

Os filhos/as mais novos/as, dos meus avós, entre eles, minha mãe, nasceram brancos/as e as condições já se tornaram diferentes. Tanto que concluíram os estudos, conseguiram trabalhos com uma qualificação maior, não foram colocados para trabalhar desde pequenos/as como os mais velhos/as. E não há em suas lembranças, qualquer situação de exclusão, julgamentos, devido aos seus traços e cor da pele.

Foi a partir do acesso à educação, em “idade avançada”, que algumas das mulheres mais velhas e negras da minha família puderam encontrar estratégias de enfrentamento sobre as situações racistas vivenciadas. Assim puderam fortalecer a nova geração, por mais que não compreendessem a dimensão do racismo e não oferecessem o apoio necessário ao seu enfrentamento, já que não houve essa base por parte dos seus pais e familiares. Acreditavam simplesmente que por meio da educação encontrariam maneiras de fortalecer suas filhas e de proporcioná-las o acesso a oportunidades e a determinados espaços que elas não haviam obtido.

Por mais que exista no meu histórico familiar, avô e tios (as) negros (as), isso não necessariamente me transforma em uma pessoa negra. A negritude independe de mim no aspecto físico, no qual eu não escolho ser. É só através da reflexão sobre as minhas vivências, que posso me aproximar dos momentos que me ligam a uma origem negra e conseqüentemente me exclui ou que me aproxima de traços que me colocam em situações de preconceito e discriminação.

Lembrando que, ainda na escola nos períodos escolares iniciais, no momento da escolha sobre quem apresentaria o papel principal do teatro ou faria leituras e apresentações, a colega branca, loira e de olhos claros era sempre a escolhida, por ser considerada a mais adequada para tal, embora eu estivesse lado a lado com ela, na reta final para ser escolhida, e soubesse ler e atuar perfeitamente com o que era exigido para o papel.

Não compreendia isso como discriminação, nem minha família e colegas compreendiam isso como discriminação. Apenas como algo tão natural, que me fazia acreditar que realmente

a beleza “perfeita” da minha colega a fazia ser a mais adequada, em todas as atividades que eram exigidas na escola.

E isso me fazia buscar um ideal de beleza que fosse aceito pelos/as demais, ficava horas quando criança com um pregador no nariz para que ele afinasse, pois me diziam que o meu nariz largo não era bonito, “adequado” e me perguntava a todo momento o porquê não nasci branca e com olhos azuis como meu pai.

Sempre tive dificuldade em identificar e reconhecer a minha cor de pele e a partir da análise sobre algumas situações da infância e aproximação com a temática do racismo, pude perceber que quanto mais traços negros menos espaços e direitos lhe são concedidos e quanto mais clara for a sua pele melhor será ‘tolerada’ nos grupos e espaços sociais.

Isso nos leva à discussão sobre colorismo e a pensá-lo enquanto uma estratégia da branquitude de nos separar em grupos e nos controlar, mantendo-nos ocupados presos em outras imagens fixas, distante da nossa conscientização racial. E passei a refletir sobre a quantidade de negros claros que são destituídos da sua negritude por não se reconhecer, por se fechar em um só tom de pele negro ou um único traço ancestral. Somos diversos e devemos possibilitar a discussão sobre nossos privilégios, exclusões e inclusões.

O meu envolvimento com as temáticas feministas negras fez com que hoje eu me (re)descobrisse mulher negra de pele clara, permitindo minha identificação étnica racial e a desconstrução de muros que acabaram sendo impostos impedindo que houvesse um olhar positivo sobre nós, sobre mim. Redescoberta que me possibilita construir novos olhares, camadas e conseqüentemente de me ressignificar, ressignificar minha história.

A partir disso, percebo que estou diariamente no processo de construção do meu pertencimento. A minha formação e caminhada sempre me convidaram a outras formas de me identificar, me colocando nesse lugar ao qual não pertencço, a nenhuma racialização. Não é tarefa fácil escrever sobre isso, mas é necessário compreender que esses termos funcionam como uma maneira de camuflar o que de fato sou. Mas, com uma conscientização política, familiar e cultural, posso analisar com cuidado e bom senso minha identificação.

Assim, minha experiência passa a ter relação com experiências de mulheres negras, proporcionando a mobilização de memórias guardadas até então não compreendidas e até esquecidas, mas que aos poucos vêm à tona me desconcertando e trazendo inquietações que me transformam a partir do momento que me aproximo, me envolvo, escrevo sobre elas.

Decidi participar da seleção de mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), com o objetivo de em um primeiro momento pesquisar a escuta qualificada

e o acolhimento oferecido pelo Técnico de Referência do CREAS à mulher vítima de violência, enquanto potencializadores para a identificação e enfrentamento dessa situação.

No entanto, durante a minha atuação nesse equipamento de referência, eu já observava que, as mulheres que acompanhávamos no processo de violação de direitos são mulheres negras em sua maioria e os locais mais afetados, quanto à violência e vulnerabilidade social, são as comunidades quilombolas.

A ideia de estudar e pesquisar sobre mulheres negras, feminismo negro, nasceu das discussões nas orientações, aproximação com esses temas e leituras. Isso ajudou a me envolver, me afetar e me reconhecer nessa temática. Eu não estava apenas pesquisando sobre mulheres negras, mas sobre mim e o meu processo de identificação racial.

2 INTRODUÇÃO

Quero que elas saibam que não estão sozinhas, que os problemas surgem e os obstáculos criados pelo racismo e machismo são reais – realmente machucam -, mas não são insuperáveis (hooks, 2019, p. 137).

Quando iniciei minha escrita desta pesquisa, estava atravessada pelo medo de errar, de não dar conta das produções de conhecimento de intelectuais negras brilhantes existentes no feminismo negro. Estar envolvida neste trabalho permitiu-me saber que eu poderia errar quantas vezes fosse preciso, porque me encontro em um processo constante de autodefinição, de aprendizagem coletiva e de reconhecimento de outras vozes.

Esse reconhecimento aos poucos foi permitindo minha liberdade criativa, por me conectar em espaços seguros de reflexão e pensamento crítico. A Autodefinição pode ser compreendida enquanto a “passagem da opressão internalizada para a ‘mente livre’ da consciência mulherista autodefinida” (COLLINS, 2019, p. 203). E essa passagem não aconteceu de maneira individualizada e sim no contato com outras vivências e experiências.

Através da história de vida de uma mulher negra, que será apresentada aqui nesta dissertação, busco reconhecer o lugar que as mulheres negras ocupam na nossa sociedade, considerando sua singularidade. Nesse sentido, compreendemos a categoria “mulher” além do sujeito do feminismo, mas como alguém que vai muito além do gênero que lhe é imputado, considerando, nesses termos, a história que compõe a nossa sociedade e que se relaciona com outras demarcações, tais como, raça, classe e orientação sexual. A categoria mulher e as nuances das opressões de gênero não podem ser compreendidas se distanciadas do seu contexto social e racial (DAVIS, 2015).

Assim, não será adotada nesta dissertação, uma fundamentação universal para o feminismo, atentando que defender uma identidade feminina que seja compartilhada por todas as mulheres, se torna mais uma maneira de “controlar e manter” a conduta das mulheres. É necessário problematizar as vivências da mulher negra como uma categoria dotada de especificidades na luta contra a desigualdade sociais entre os sexos.

O gênero não era algo atribuído às mulheres negras, considerando que o modelo de mulher ideal estava pautado na mulher europeia burguesa. Assim, “o gênero deixa de ser compreendido na esfera biológica e passa a se construir através do âmbito cultural no qual inclui relação com o corpo, comportamento e espaço público” (DAVIS, 2020, p.83).

Assim, a imagem da mulher negra é construída dentro de outro lugar na estrutura social, diferente da mulher branca, devido à experiência do racismo. O gênero, dessa forma, é também um termo estruturante em um processo colonial comandado por homens fundados no patriarcalismo. O movimento feminista negro nos ajuda, com o seu debate, a pensar melhor a articulação entre gênero e raça, enquanto categorias que se configuram na experiência colonial (GONZALEZ, 1983).

A partir disso, podemos compreender que as mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada, na qual o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido e nem dado conta da diferença que o efeito dessa opressão sofrida tem na identidade feminina das mulheres negras. O mito da fragilidade feminina que justificou a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, não representa a realidade de mulheres negras que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca foram tratadas como frágeis (CARNEIRO, 2011).

Mobilizada por essas questões-inquietações, contribuição de leituras, orientações e comprometida com a construção de um conhecimento situado no nosso contexto, trago a história de Vanda Menezes, mulher negra, alagoana, psicóloga, militante do movimento de mulheres negras e a primeira Secretária de estado da Mulher de Alagoas e do país em 2002. Foram essas descrições dela, apresentadas no livro “Gogó de Emas” (SCHUMAHER, 2004), que me levou a convidá-la para participar desta pesquisa, por meio de uma conversa, durante a qual conta sua história de vida, para que possamos compreender as redes de apoio que possibilitaram a ela lidar com situações vivenciadas como racistas, o racismo em sua vivência e a sua contribuição aos movimentos e ações políticas nesse processo.

Sua história permite-nos reconhecer uma mulher constituída pela identidade de ser mulher e negra, destacando especialmente o desempenho na política e movimentos sociais em Alagoas e a construção de sua rede de apoio. Perpassar pela sua história possibilita-nos refletir sobre seu percurso, construído “a partir de embates e estratégias de sobrevivência na diáspora das sociedades pós-coloniais racializadas” (CARDOSO, 2008, p. 06).

Portanto, escrever e destacar histórias de mulheres negras nos leva a questionar sobre seu lugar na sociedade, sua condição, desqualificação, os seus papéis e poderes, seu silêncio e sua maneira de atuar no mundo, operando contra a normatividade das condutas de homens e mulheres, na qual estão programados para agir em uma lógica embasada pelo racismo e machismo. Dessa maneira, compreender a interseccionalidade é uma maneira de operacionalizar teoricamente gênero, raça e classe e a partir disso o reconhecimento histórico

da participação e inclusão das mulheres negras nas diferentes esferas sociais (ALVES; SILVA, 2021).

É necessário que suas vozes possam ecoar e serem ouvidas pela sociedade, sendo afirmadas e legitimadas. Mesmo acometidas à sujeição e ao silêncio, a construção de uma escrita firme e combativa pode ser uma maneira de reconstruir dimensões da história coletiva da população negra, das mulheres negras e do seu reconhecimento como produtoras de conhecimento.

As manobras do racismo/machismo em uma sociedade estruturada por sistema de dominação nos fazem acreditar na escrita como uma forma de enfrentamento ao silenciamento. Uma possibilidade que pede urgência e nós, enquanto mulheres negras, precisamos falar. No entanto, não é algo tão simples como parece. Todas nós vamos sendo silenciadas e submetidas ao lugar de opressão e dominação por sermos mulheres e negras e estarmos em uma sociedade que foi construída sob bases patriarcais (ALVES; SILVA, 2021).

É a partir dos feminismos como movimento que luta contra o sexismo, machismo e opressão que encontramos possibilidades e práticas epistemológicas para enfrentar essas diversas opressões. No encontro com intelectuais negras é possível discutir os caminhos de enfrentamento e construir, por meio da potência da escrita, uma forma de erguer a nossa voz e transformar o silêncio em ação (LORDE, 2019).

Assim, é nosso dever buscar por espaços que possam erguer a voz de mulheres negras, combatendo o colonialismo que é repleto de violências, apagamentos, exclusão, traições e enganos. Exigir que ouçam essas vozes é uma maneira de transformação e reparação social. Nesse sentido, a escrita possibilita uma dimensão fundamental de cura e dor que não foram e nem são reconhecidas. Essa transição do silêncio à fala permite que o oprimido deixe de ser considerado enquanto objeto e seja reconhecido como um indivíduo capaz de produzir vozes que reconheçam e defendam as diferenças. Dessa maneira, tomar o lugar de escrita é também tomar o lugar da vida (EVARISTO, 2005).

Para tal, esta dissertação apresenta-se da seguinte forma: no terceiro capítulo apresento a história de vida de Vanda Menezes, no sentido de destacar as suas constituições no modo de viver e evidenciar sua trajetória através da sua rede de apoio e da construção de estratégias de enfrentamento relacionadas à família, ao trabalho, à religião, aos movimentos sociais (negro e feminista), dentre outras, considerando isso enquanto constituintes da teoria, por isso trazido inicialmente.

Assim, destaco sua trajetória política juntos a esses movimentos, suas vivências e seu envolvimento com atividades culturais. E o desenvolvimento da sua rede de apoio, lugar de

cooperação em que pôde contar com pessoas que permitiram a ela construir seu caminho e chegar a lugares de gestão, enfrentando situações de opressão que cotidianamente afetam a população negra, planejando e articulando para que a execução das políticas contribuísse com a democracia e a efetiva inclusão social.

No quarto capítulo, os caminhos metodológicos da pesquisa que é fundamentada pelos pressupostos do Construcionismo Social, problematizando conceitos e concepções naturalizadas, ressaltando que o conhecimento é algo que construímos em conjunto a partir das nossas práticas cotidianas (SPINK, 2010). Sendo assim, descrevo os caminhos percorridos para construção desta dissertação, ressaltando os objetivos que delineiam meu percurso enquanto pesquisadora e meu encontro com a interlocutora que participou ativamente do desenvolvimento desta pesquisa.,

O quinto capítulo “Feminismos”, traz o surgimento dos feminismos e feminismos negros, situando o momento em que eclodiram, e foram conduzidos marcadamente por contextos sociais, políticos, econômicos e culturais distintos. Destaca o feminismo centrado nas vivências e vida de mulheres brancas e posteriormente a necessidade de considerar, nesse cenário, as especificidades das mulheres negras, já que suas pautas, como o racismo e a discriminação de gênero não eram consideradas. O movimento feminista não tinha uma abordagem interseccional e racial, por não traçar as discriminações que as mulheres negras passavam, tanto de gênero como de raça. Dessa maneira, os feminismos negros surgem como uma forma de destacar esses recortes raciais e de gênero nas mobilizações dos direitos humanos.

O subitem “Feminismo negro no contexto brasileiro” enfatiza as mulheres negras no contexto brasileiro, destacando algumas especificidades do nosso território, compreendendo que elas são apartadas de bens e serviços, como o acesso a uma educação e conseqüentemente a empregos de qualidade e boa remuneração. Historicizo como este feminismo foi desenvolvido aqui no Brasil, trazendo pautas, reivindicações, algumas intelectuais negras que se tornaram referências, além de destacar sobre o ativismo digital, que hoje permite criar espaços de participação social, conduzindo indivíduos e grupos a atuar enquanto agentes de transformação.

Por fim, desejo que esta pesquisa e a escrita construída em conjunto com a interlocutora e demais companheiras, tais como, bell hooks, Lélia González, Grada Kilomba, Conceição Evaristo, Sueli Carneiro possa fazer sentido e oportunize uma construção coletiva de aprendizagem, mostrando o quanto estamos familiarizadas, comunicando-nos umas com as outras, tomando consciência de que não estamos isoladas e que podemos apostar em uma escrita que produza conhecimento e que rompa com os silêncios que desumanizam e possibilitam a construção do processo de autorrecuperação para nós (hooks, 2019). E nesse processo é

imprescindível “fundir nossa experiência pessoal e visão do mundo com a realidade, com nossa vida interior, nossa história, nossa economia e nossa visão (...). Devemos usar o que achamos importante para chegarmos à escrita. Nenhum assunto é muito trivial” (ANZALDÚA, 2019, p. 90).

3 “MINHA HISTÓRIA NÃO É DIFERENTE DE OUTRAS MULHERES NEGRAS, APESAR DE ALGUNS PRIVILÉGIOS”

Meus silêncios não me protegeram. Seu silêncio não vai proteger você. Mas a cada palavra verdadeira dita, a cada tentativa que fiz de falar as verdades das quais ainda estou em busca, tive contato com outras mulheres enquanto analisávamos as palavras adequadas a um mundo no qual todas nós acreditávamos, superando nossas diferenças (AUDRE LORDE, 2019, p. 50).

Em síntese, esta escrita é traçada pelo tornar-se negra, que me coloca em um lugar de constantes desconstruções, reconstruções sobre uma identidade até então não pensada. Como aponta Gonzalez (2020), tornar-se negro é uma conquista, conquista da própria identidade.

O caminho que tenho traçado ao longo da pesquisa tem me permitido estar em cenários que me conduzem por caminhos almeçados e ao mesmo tempo inesperados. Ser uma pessoa negra e o caminho para reconhecer-me como tal entraram na minha vida, mas não de maneira despreziosa. Fui levada a revisitar o meu corpo a partir das percepções que foram sendo construídas com a pesquisa e que aos poucos vem despertando em mim uma consciência identitária.

O contato com mulheres negras, seja através das suas escritas ou histórias de vida, culminou no meu envolvimento, gerando sentimentos de afetação e empatia com o que fui tendo acesso ao longo do desenvolvimento desta dissertação. Tenho tentado estar mais atenta, na maneira de olhar, ouvir, acolher, distanciando-me de informações e ideias até então pré-concebidas sobre essas mulheres e suas histórias (FREITAS, 2019).

O encontro com a história de Vanda Menezes tem me conduzido, como aponta bell hooks (2013), a pensar criticamente sobre minha identidade diante das circunstâncias políticas. Esse encontro me fez refletir sobre o pertencimento, potencializada pelas redes de afeto construídas a partir de determinados territórios. Reflexões que me levam a uma revolução pessoal ao longo desse processo de escrita que me inunda de inquietações e anseios. Estar em contato com perspectivas coletivas/individuais de escritoras negras, me convoca a permanecer em busca de um EU transformador que me conduz e convida a outras maneiras de existir, escrever e ser.

A pesquisa e a oportunidade de destacar sua história tem me convidado a reconhecer a minha identidade racial, como algo que sempre fez parte de mim, embora não pensasse

politicamente sobre ela. Conseqüentemente, isso tem me conduzido a habitar o meu corpo e nesse corpo emerge a necessidade de combater o racismo e uma das formas de combatê-lo é enfatizar a história de vida de uma mulher negra, psicóloga e de fundamental importância política para o estado de Alagoas.

Não imaginei que isso fosse possível dentro dos muros da universidade. Esse sentir que traz à tona meus afetamentos, reflexões e me dão a oportunidade de transformá-los em palavras, transcendendo uma ciência hegemônica que ainda perpassa os muros da academia. E é com esse sentir e com o meu processo de (re)existência que inicio a história da protagonista da minha pesquisa.

Esse capítulo será dedicado a compreender como a trajetória de vida de Vanda Menezes foi sendo construída. Para tanto, é desenvolvida em quatro tópicos: sua apresentação construída a partir do seu relato e de sua descrição no livro *Gogó de Emas*; ser mulher negra; o caminho à participação e ações políticas; estratégias de enfrentamento a situações vivenciadas como racistas.

3.1 Sobre Vanda Menezes

Histórias nos ajudam a nos conectar com um mundo além da identidade [...]. Elas contêm o poder e a arte da possibilidade (bell hooks, 2020).

No livro *Gogó de Emas*, o trecho que retrata brevemente a história de Vanda Maria Menezes Barbosa tem como título “Orgulhosamente mulher negra e guerreira”. Assim, comecei a conhecer Vanda Menezes, antes de falar com ela. Uma mulher de sessenta e um anos, psicóloga, militante do movimento negro, feminista e a primeira secretária da mulher do estado de Alagoas. Natural de Maceió/AL, é a única mulher entre os cinco filhos de dona Maria Augusta Menezes Barbosa e Martiniano Barbosa dos Santos. Sua mãe é filha de português e seu pai, filho de escravo alforriado (SCHUMAHER, 2004, p. 148).

Vanda inicia seu relato, contando que sua família é formada por pessoas negras. Apenas sua mãe era branca. Seu pai era da Marinha Mercante e sua mãe, dona de casa, tendo sido lavadeira, antes do casamento. Eram de uma família de classe média. Vanda morou boa parte de sua vida no bairro da Pajuçara, em Maceió, já que aos quatro anos de idade mudou-se do bairro do Poço, onde nasceu, para a Pajuçara, onde morou até os vinte anos de idade. O segundo marido da sua avó (chamado de Dedé) era feirante e moravam todos juntos, todos os filhos

tinham babás, moravam em bangalós, a alimentação era farta a ponto de a mãe distribuir alimentos com a vizinhança sempre que seu pai chegava de viagem, pois ele trazia alimentos em grandes quantidades e diversificados como, por exemplo, charques, queijos, salame italiano, leites condensados e biscoitos.

Aos dez anos de idade, ela conta que perdeu o pai e a situação financeira da família ficou complicada após a sua morte. Sua mãe que costurava apenas para os filhos, passou a costurar para fora, para que pudesse mantê-los, enquanto resolviam a questão da pensão, pois tiveram que provar que seu pai foi para guerra e, era ex-combatente. Isso fez com que passassem por muitas dificuldades nos primeiros meses após a morte de seu pai. Tendo inclusive que receber ajuda de outras pessoas, como sua madrinha que levava seu almoço para que pudesse ir para a escola.

Vanda sempre foi uma boa aluna, tanto que despertou o interesse de uma professora de matemática chamada Teresa Lima, na terceira série primária, que sugeriu à sua mãe que a colocasse em uma escola particular, para que pudesse pular algumas séries e prestar o exame de admissão, e dessa maneira fosse direto para o curso ginásial. Assim ela fez e conseguiu.

Vanda fala que sempre se considerou uma pessoa inquieta em sala de aula e acredita que isso chamou a atenção daquela professora. Ela também jogava queimado e lembra que em um dos momentos que estava jogando, essa mesma professora a chamou para apresentá-la à madre superior, mulher branca, de olhos azuis. Foi apresentada como uma ótima aluna, inteligente, boa jogadora de queimado, para que assim pudessem prestar atenção nela, pois haveria uma seleção na escola para modalidade esportiva. No entanto, a madre superiora a olhava, segundo ela bem se lembra, como “uma ET”. E Vanda diz, que nunca chegou a ser chamada para a seleção, pela direção da escola, sendo a primeira discriminação sobre a qual tomou consciência.

Seu irmão queria muito que ela fosse médica, mas isso nunca foi o seu desejo, por isso ele não pagou o seu cursinho. E assim, ela começou a dar aulas particulares para juntar dinheiro e fez curso de manicure e pedicure. Enquanto isso, o CESMAC (Centro de Ensino Superior de Maceió) foi instituído na cidade, ela se inscreveu e fez o vestibular para o curso de Psicologia, que também era um curso novo.

Ao chegar na Faculdade, ela percebe que aquele era um espaço de pessoas brancas, pois só havia três pessoas negras e, depois chegaram mais dois. Mas predominavam os brancos, já que a Psicologia era um curso novo e pago. Naquele momento, Vanda relata que já sabia o que era ser uma mulher negra, pois seu pai havia ensinado a ela sobre a questão racial. Sabia qual o

significado da sua pele, cabelo, de onde vinha, seus ancestrais, todos da sua família já sabiam e uma coisa que seu pai lhe ensinou é que não deveria abaixar a cabeça para ninguém.

Considerando isso, Vanda comenta que, junto aos seus colegas, conseguiram revolucionar o CESMAC. Participou do DCE, era vice-presidente com seu companheiro chamado Marola, fechou a clínica, mudou a história dos meninos não poder entrar de bermuda, enquanto as meninas podiam. A universidade foi uma época considerada por ela como a melhor da sua vida, apesar dos anos oitenta serem muito duros, aprendeu muito, aprofundou seus conhecimentos sobre temas importantes do momento político do país e viveu intensamente esse período, sempre em busca de direitos.

Naquele tempo não havia uma discussão centrada na distinção entre raça e gênero, e sim sobre gente de direitos, de direitos humanos. O direito de ter direito. No final do curso de Psicologia, Vanda relata que fez concurso para Polícia Federal (PF), mas perdeu no teste físico, na mesma época foi aprovada na polícia civil (PC) e assumiu o cargo.

Seu plano era passar apenas cinco anos na PC, mas acabou se aposentando por lá, foi agente da polícia por muito tempo, atuou no presídio feminino, na Delegacia de menores antes da implantação do ECA e por ser psicóloga, ficou em desvio de função, atuando como tal na Delegacia com Aurení Moreno, implementando o ECA (Estatuto da Criança e adolescente).

Em 1979, participou da fundação da primeira entidade negra de Alagoas, “Associação Cultural Zumbi”. Foram trinta e três homens e três mulheres que deram início a essa luta do Movimento Negro. Esse movimento de luta pelos direitos de pessoas negras teve início após o caso de racismo sofrido por um dos seus amigos de luta, Marcelino Dantas, estudante de medicina, filho de Laura Dantas, que foi professora de “grandes homens da terra”, como governadores, senadores e atualmente tem seu nome em uma escola do Centro de Estudos e Pesquisas Aplicadas (CEPA) em Maceió. Marcelino sofreu discriminação na antiga Fênix (Clube), que era um clube de elite, frequentado por famílias tradicionais da cidade. Ele foi a um baile e foi “convidado” a se retirar por ser uma pessoa negra.

Essa discriminação sofrida por ele foi um escândalo na sociedade, porque até então não sabiam de quem ele era filho, deixando evidente a situação de racismo ao qual foi exposto. A partir disso, o grupo passou a se reunir na Praça dos Palmares e a discutir essa questão, não apenas de Marcelino, mas de outras pessoas anônimas. E Vanda afirma que assim começa sua militância aos 18 anos de idade.

No movimento feminista, conta que iniciou através do movimento negro, e se agrupou com as companheiras Terezinha Ramires, Wedna Miranda, Katia Born, entre outras. Instituíram

o Conselho da Mulher, e um ano depois, a Delegacia da Mulher, na qual Noélia Lessa, mãe de Ronaldo Lessa (ex-governador do estado), foi a primeira Delegada.

A partir disso, a União de Mulheres de Maceió (UMMa) foi instituída como primeira entidade feminista no Estado, na qual estavam à frente dessa proposta: Alba Correia, Fátima Machado, Isabel Brandão, Jarede Viana, Thaís Normande e Ivanilda Verçosa, primeira presidenta da entidade, mulheres valorosas que foram pioneiras do feminismo no nosso estado.

O CEDIM (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher) teve representação da mulher sertaneja, indígena e negra. Socorro França foi a primeira mulher negra a assumir o posto de conselheira, seguido por Vanda. Entre 1990-1991, ela fica no conselho e comenta que diante das discussões sobre aborto, direito das mulheres, direito à creche, direito a trabalho e renda, todas elas estavam inseridas nessas discussões. Mas, quando havia alguma discussão em relação às mulheres negras, as demandas eram enviadas apenas para ela.

Nesse momento, Vanda relata que teve que colocar para as demais conselheiras que elas também precisavam participar das suas pautas, já que traziam questões que afetavam parte considerável das mulheres do estado. Aos poucos isso foi sendo compreendido por elas, pois por mais que existam especificidades, precisavam tomar como delas as causas de mulheres negras.

Ao sair do conselho, Vanda entra no Sindicato da polícia e relata que passa, então, a compreender a engrenagem da instituição. Foi eleita vice-presidente, assumindo um período de muita turbulência, causada por reivindicações e melhores condições de trabalho. Foi a primeira mulher, no Brasil, a dirigir um sindicato da categoria e comandou uma greve bem-sucedida, já que tiveram suas demandas atendidas. Vanda teve seu filho Arytan em 1995, saiu do sindicato no término do mandato em 1996, foi para perícia, onde aposentou-se em 2017. Mesmo envolvida com as questões da PC, nunca deixou sua militância feminista e negra.

Trabalhou como técnica de prevenção no programa municipal de DST- AIDS com Sônia Nascimento, na qual tinha como proposta trabalhar a questão da cidadania com profissionais do sexo e travestis, tendo como foco a prevenção das DSTs e Aids. Eram também realizadas capacitações com os profissionais de saúde, com o objetivo de discutir o respeito a livre orientação sexual e, portanto, sensibilizá-los para um atendimento respeitoso, independentemente de suas escolhas sexuais e profissionais. O sucesso do projeto resultou em sua premiação entre os trabalhos exemplares do Nordeste, selecionados pelo Ministério da Saúde.

Em 2000, assumiu o Comitê de saúde da mulher, no qual fez um trabalho muito interessante, instituindo a saúde da criança e do Adolescente, da mulher idosa, o pré-natal

humanizado. A primeira mulher do parto humanizado no país, relata ter nascido na Paulo Neto (Maternidade de Maceió). Em 2002, Vanda foi “conduzida à Presidência do Conselho Municipal da Condição Feminina, permaneceu no cargo por apenas seis meses, sendo convocada pelo governador para uma missão irrecusável – tornar-se a primeira secretária da Mulher do estado de Alagoas” (SCHUMAHER, 2004, p. 144).

Atualmente, Vanda relata que é aposentada da PC. Continua fazendo consultorias, é psicóloga do município de Teotônio Vilela com o programa de prevenção da gravidez na adolescência, APAR. Considera um trabalho que já vem rendendo frutos, pois conta que há dados confirmando que, com a execução do trabalho, os índices que eram altos no município já tiveram uma redução de aproximadamente 30%.

3.2 Ser mulher negra

[...] Foi mãe que me fez sentir, as flores amassadas debaixo das pedras, os corpos vazios, rente as calçadas, insisto, foi ela, a fazer da palavra, artifício, arte e ofício, do meu canto, da minha fala (CONCEIÇÃO, 2008).

Vanda conta que sua família é de matriarcado, que são as mulheres que tomam conta e que decidem e foi essa rede de apoio com a qual sempre pode contar. Sem o feminismo, relata que não sabe como seria sua vida, já que não consegue se ver sem o movimento de mulheres negras, pois é isso que a constitui.

Sua mãe era Secretária do movimento feminista e do movimento negro, em Maceió/AL, na época poucos dos seus tinham telefone e essa tarefa, em tempos de 20 de novembro e de encontros, sua mãe executava. Então desde muito cedo, vive numa família politicamente ativa. Na sua casa, ela nos conta que sempre havia discussões sobre questões raciais, mas, por ser muito nova, não compreendia bem no início. E quando cresceu, passou a entender o porquê de seus pais dizerem para não abaixar a cabeça e, explicavam a ela sobre sua ancestralidade, sobre seu cabelo, entre outras coisas. Tornando-a assim, mais sensível para se identificar enquanto mulher negra e atenta às questões raciais.

Com isso, é possível perceber que a transmissão de vivências de outras gerações da sua família, os simbolismos associados às mulheres negras, as ações em rede, movimentos de resistência e suporte social “contribuem para a construção de uma identidade coletiva afirmativa, de um sentimento de pertencimento racial crescentemente mais positivo, de maior

autoconfiança e confiança no grupo de pertença” (PRESTES; PAIVA, 2016, p. 682). Despertar essas questões de raça e gênero, a partir das relações e gerações da família podem ser consideradas importantes no processo de autoidentificação de ser uma pessoa negra na nossa sociedade.

Collins (1990) aponta a importância de um relacionamento entre mulheres negras, principalmente dentro da família, por agir enquanto rede de apoio, um espaço seguro que lhes permita se expressar livremente. Nesse sentido, o coletivo pode contribuir para a construção de estratégias de resistência e acolhimento (BANDEIRA, 2020).

Um das características que o feminismo negro valoriza são as experiências de mulheres negras diante das opressões da nossa sociedade, que ultrapassam o individual e são ressignificadas através do coletivo por meio da troca de experiências, de onde acabam surgindo novos saberes. “Essa experiência individual-coletiva quando compartilhada se torna uma base de sobrevivência e resistência, novas narrativas são criadas e a definição da subjetividade feminina negra floresce a partir da perspectiva de construção coletiva” (LAPROVITA, 2019, p. 03).

Gonzalez (2019 apud BANDEIRA, 2021) reflete sobre o coletivo enquanto um lugar de fortalecimento, de construção da identidade negra, enfim, de um lugar potencializador, não ensinando apenas sobre dor e o lugar de invisibilidade, mas, sobretudo de existência. Ideias sobre a feminilidade negra surgem a partir da experiência vivida e da autodefinição, e a partir daí nasce em coletivo.

É o caso de mulheres negras que, não necessariamente sendo acadêmicas ou possuindo vínculo/apoio de espaços institucionais, constroem em convivência uma produção de conhecimentos contra hegemônicos. Nesse caso mulheres que não seriam consideradas normalmente como ‘intelectuais tradicionais’ são reconhecidas como produtoras de conhecimento (LAPROVITA, 2019, p. 03).

Dessa forma, a intelectualidade negra é fluida e alcança variadas sabedorias. Todas são intelectuais a partir do momento que contribuem de alguma maneira para o autoconhecimento, construção de identidades negras, entre outros. Desconstruindo assim, o conceito intelectual hegemônico (LAPROVITA, 2019). Considerando isso, Vanda relata que sua trajetória profissional e contato com outras vivências e experiências permitiram a ela aprender coisas que um mestrado e doutorado não a ensinariam, destacando, assim, que já aprendeu tudo que precisa ao longo da sua caminhada.

O encontro de Vanda com os movimentos (negro e feminista) permitiram, segundo seu relato, construções coletivas que refletiram no desenvolvimento do seu trabalho. Ao afirmar que, a sua experiência nesses movimentos possibilitou influenciar os gestores e gestoras a incorporar as questões de gênero e étnico-racial no planejamento e execução das políticas.

Assim pode contribuir para a democracia e a efetiva inclusão social das mulheres negras e demais pessoas negras no nosso estado (LAPROVITA, 2019).

O feminismo negro é um condutor dessas compreensões, já que “busca a construção de um caminho de reconhecimento da intelectualidade negra em suas variadas formas, recusando a lógica eurocentrista de produção de conhecimento e se localizando fora dela” (LAPROVITA, 2019, p. 13).

Diante disso, o que é ser uma mulher negra? Para Vanda, essa identificação veio a partir do momento em que sua família abordava essas questões raciais em seu seio familiar, a exemplo da pessoa que pediu esmola na sua porta e a Benedita, que era doméstica na época para sua família, e tinha olhos azuis, foi questionada por trabalhar para um negro que era o seu pai. Assim, reconhecer-se enquanto mulher negra, no Brasil, é algo que vai sendo percebido a partir das situações que o ser negra /negro provoca, como aquela na qual foi exposta pela madre superiora ainda no início de sua escolaridade.

A possibilidade de construir uma identidade negra –tarefa eminente política– exige como condição imprescindível, a contestação do modelo advindo das figuras primeiras –pais ou substitutos –que lhe ensinam a ser uma caricatura do branco. Rompendo com este modelo, o negro organiza as condições de possibilidade que lhe permitirão ter um rosto próprio (SOUZA, 1983, p. 77).

Para Souza (1983, p. 77) se perceber enquanto uma pessoa negra “é tomar consciência do processo ideológico discursivo que o condiciona a uma imagem carregada de estereótipos”. Assim, tornar-se uma pessoa negra diz respeito a estar consciente de que a tentativa de embranquecer ou ascender socialmente não os aproxima de pessoas brancas.

E então qual seria a aproximação entre as mulheres brancas e negras? Para Vanda, as mulheres negras sempre passaram e passam por situações precárias, violentas, não tinham o direito de ter direito sobre o próprio corpo. Questões como o aborto, por exemplo, são naturalizadas e não vistas como uma questão de saúde pública. Já para as mulheres brancas essas questões sempre viravam pautas para discussão e uma questão de direito, de saúde pública.

Assim, gênero, classe e raça são eixos interligados. Pensá-los enquanto categorias isoladas evitam problematizá-las dentro de seus contextos interligadas (ARANSIOLA, 2019). Nesse sentido, a interseccionalidade nos possibilita ferramentas de análise para pensar o cotidiano de pessoas que vivem os efeitos mais diretos de exclusão e desigualdades sociais (CRENSHAW, 2002).

“A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (CRENSHAW, 2002, p. 177). Assim, torna-se um instrumento de luta política no combate às

opressões múltiplas sobrepostas que provocam desigualdades dentro de determinadas estruturas sociais.

Ser uma mulher negra diante dessas questões a coloca em uma posição de questionamentos, para que possa compreender e agir diante do racismo, preconceito e discriminação.

Considerando isso, Vanda relata sobre a inquietude ser algo vigente em sua vida e o quanto isso era presente em algumas discussões de pautas que haviam no CEDIM. Como por exemplo, conselheiras brancas direcionarem as questões de mulheres negras apenas para Vanda, por ser a representante da mulher negra no Conselho. Então, questionava que não era tema apenas dela, mas de todas as conselheiras pois as mulheres negras eram parte considerável do universo de mulheres no estado.

Assim, “o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem sido reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres ne-gras” (CARNEIRO, 2011, n.p.).

Por não serem nem brancas, nem homens, as mulheres negras ocupam uma posição muito difícil na sociedade supremacista branca. Nós representamos uma espécie de carência dupla, uma dupla alteridade, já que somos a antítese de ambos, branquitude e masculinidade. Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro, e nunca si mesma. (...) Mulheres brancas tem um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o “outro” do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas, nem homens, e exercem a função de o “outro” do outro (KILOMBA, 2008, p. 124).

Portanto, romper com o silêncio e não se calar diante das opressões sofridas é primordial para a sobrevivência de mulheres negras, além de colocá-las enquanto sujeitos políticos, por isso feministas negras, como: Audre Lorde, Angela Davis, Alice Walker afirmam que o silêncio não protege as mulheres negras, embora hooks (2019) diga que o silêncio pode ser compreendido como uma estratégia de sobrevivência, pois, muitos sujeitos de grupos oprimidos são ensinados a reprimirem as suas ideias, especialmente aquelas consideradas opositoras. No entanto, erguer a voz se torna uma maneira de libertar e mudar a condição de pessoas negras de objetos para sujeitos. Dessa maneira, alertam sobre a importância de que “ser oprimido não pode ser utilizado como desculpa para legitimar a opressão” (RIBEIRO, 2016, p. 101).

Vanda aponta para o movimento negro e feminista, além da sua família, como algo que a constituiu, foi por meio destes que conseguiu edificar a sua caminhada. Foi também por meio desses movimentos que conseguiu construir relações sólidas com mulheres e homens, pessoas fortes que se tornaram suas/seus irmãs/irmãos na luta e na vida. As redes, como o feminismo negro e o movimento de mulheres, podem ser consideradas como importantes para

compartilhamento de vivências e experiências, por poder contar com pessoas que entendam as suas causas.

Vanda fala a respeito desses movimentos em sua vida como essenciais para os lugares no qual esteve e está e experiências que vivenciou. O feminismo negro, enquanto movimento de mulheres, possibilita suporte de trabalhar as questões de gênero e raça porque “tem como principal eixo articulador o racismo e o seu impacto sobre as relações de gênero” (CARNEIRO, 2011, n.p.). Esse movimento pode funcionar enquanto um espaço seguro, no qual as mulheres podem partilhar suas experiências, não ter os seus discursos controlados e possibilitar a construção de um ponto de vista tanto individual quanto coletivo.

Então, esse movimento pode ser compreendido enquanto comunidades que dão visibilidade a questões de desigualdade, opressão racial, entre outros. Transpassa o individual e encontra no coletivo sua ressignificação, de onde surgem novos saberes. “Essa experiência individual-coletiva quando compartilhada se torna uma base de sobrevivência e resistência, novas narrativas são criadas e a definição da subjetividade feminina negra floresce a partir da perspectiva de construção coletiva” (LAPROVITA, 2019, p. 03).

“Para mulheres ne-gras, nossa luta não tem sido para emergir do silêncio para a fala, mas para mudar a natureza e a direção da nossa fala, para fazer uma fala que atraia ouvintes, que seja ouvida” (hooks, 2019, p. 32–33). Diante disso, o ser mulher negra é ser reconhecida enquanto sujeito político que participa das discussões de questões sociais, econômicas e, que seja vista enquanto ser humano, “já que ao longo da história foi tratada como inferior, inexistente, ocupando um lugar não social, que é o lugar da invisibilidade e silenciamento” (SILVA; CONTE, 2021, p. 636).

3.3 O caminho à participação e ações políticas

Não fomos vencidas pela anulação social
Sobrevivemos à ausência das novelas, e no comercial.
O sistema pode até me transformar em empregada.
Mas não pode me fazer raciocinar como criada.
Enquanto mulheres convencionais lutam contra o
machismo.
As negras duelam para vencer o machismo, o preconceito, o
racismo
(YZALÚ, 2016, n.p.).

Vanda conta que começou sua militância aos dezoito anos de idade, após o episódio de racismo ao qual seu amigo Marcelino Dantas foi vítima, a partir desse episódio, entra no movimento negro e se inicia no movimento feminista. Ao mesmo tempo reconhece que discutir questões raciais na sua casa, com a sua família, foi importante para sua constituição enquanto pessoa negra e conseqüentemente sujeito político para atuar em órgãos que foram sendo instituídos por esses movimentos.

Djamila Ribeiro (2018a) fala que quando não sabemos a nossa história e de onde estamos vindo, nós vamos facilmente para onde a máscara de silenciamento nos diz que é o nosso lugar e o nosso não-lugar. Conhecer a nossa história, discutir questões raciais na família nos direciona para (re)construção da nossa subjetividade e de caminhos de saúde, reconhecendo-nos como uma totalidade de um povo que foi escravizado e não apenas enquanto “produtos” da máquina colonial, dessa maneira o tornar-se negra ainda no ambiente familiar possibilita o fortalecimento individual e afirmação de uma identidade negra (CASTRO *et al.*, 2021).

As mulheres negras em seu processo político têm a possibilidade de compreender que as desigualdades foram construídas historicamente e que várias combinações de discriminações geraram exclusão, tendo diante disso a perpetuação do racismo/ machismo (RIBEIRO, 2008).

Essas situações que foram se instituindo historicamente impulsionou as mulheres a lutar pelos seus direitos e romper com a indiferença de questões cotidianas, trazendo-as enquanto demandas para a vida pública. Quando Vanda assume como conselheira do CEDIM nos relata sobre as demandas que haviam de mulheres negras serem direcionadas apenas para ela, por ser a mulher negra que fazia parte do conselho, havendo a necessidade de ela destacar para as demais conselheiras que eram pautas que elas precisavam tomar para elas. Até porque não era algo apenas dela, e sim da metade da população das mulheres do estado de Alagoas. Ela nos conta que, a princípio, isso gerou um certo desconforto para as conselheiras, mas foi bem compreendido posteriormente.

Gonzalez (2010) relata que, quando atuou no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), nas áreas de: trabalho, comunicação, educação, sexualidade, mulher negra e violência, havia momentos de tensão com as demais feministas e isso a levava a fazer críticas à atuação e concepção do pensamento feminista no Brasil, tanto pela dificuldade de inserção da temática racial quanto pela censura ao discurso de mulheres negras.

Assim, chamava atenção para o fato de que as mulheres brancas, por mais que lutassem contra a opressão, também eram opressoras, pois tentavam manter as desigualdades de raça na sociedade brasileira (GONZALEZ, 2010). Em um desses conflitos, ela destaca:

Mas no momento em que começamos a falar do racismo e suas práticas em termos de mulher negra, já não houve mais unanimidade. Nossa fala foi acusada de emocional por umas e até mesmo de revanchista por outras; todavia, as representantes de regiões mais pobres nos entenderam perfeitamente (eram mestiças em sua maioria). (GONZALEZ, 1982, p. 101 apud GONZALEZ, 2010, p. 76)

Seu intuito era que o movimento de mulheres discutisse relações sociais para que a luta das feministas não fosse cercada pela ideologia eurocêntrica da realidade. E apesar de haver esses momentos e críticas, Lélia acreditava na transformação do movimento feminista e da mesma maneira que identificava as falhas sabia reconhecer os méritos e os avanços (GONZALEZ, 2010). O encontro com os feminismos não se trata apenas de um lugar de solidariedade, mas também de exclusão, conflitos, negociações e renegociações e essa dinâmica reflete o contexto de mudanças políticas e econômicas em que tais feminismo se desenvolvem (ALVAREZ, 2003).

Vanda nos relata que as feministas brancas e negras, suas irmãs de luta, a ajudaram em sua caminhada política enquanto gestora pública a gestar bem. Constituindo, inclusive através deste e do movimento negro, seu grupo de amizades. As mulheres negras passam a se organizar em decorrência de compartilharem uma visão de mundo que é construída a partir da intersecção entre raça, classe e gênero. Dessa maneira elas se organizam como uma forma de fortalecer ações, mobilizações e reflexão para superar desigualdades raciais (CARDOSO, 2012).

Gonzalez (2010) fala que o feminismo negro se desenvolveu entre as mulheres negras com uma característica específica que era a solidariedade, fundada a partir de experiências, vivências históricas em comum. A participação das mulheres nos movimentos negros pode ser vista como aspecto importante no processo de formação política, por possibilitar a reflexão aprofundada sobre raça e a construção das relações de gênero entre mulheres e homens negros (CARDOSO, 2012).

Lúcia Xavier, na obra *Lideranças negras*, de Márcia Contins (2005), relata que o ingresso das mulheres negras em movimentos negros e de mulheres é marcado inicialmente pelo fortalecimento individual e pela afirmação de uma identidade negra, no sentido de unir discursos e práticas que nos convocam a assumir nossos lugares de sujeitos sociais de discursos.

Vanda nos conta que passou por muitos lugares e destaca a sua passagem pelo Comitê de Saúde da Mulher, no qual fez um trabalho muito interessante junto a outras companheiras, instituindo a saúde da criança, adolescente, mulher idosa e o pré-natal humanizado, inclusive a primeira mulher do parto humanizado no país nasceu no Paulo Neto, maternidade de Maceió. Ela fala que foi um trabalho bem interessante até 2002 quando Ronaldo Lessa, governador na época, a convidou para uma missão irrecusável, a de se tornar a primeira secretária da mulher

do estado de Alagoas, entre 2002-2006. Naquele momento, precisamente em 2004, Vanda se filiou ao partido que na época era o PSB e depois, ao PDT, no qual permanece até os dias atuais.

Na caminhada política, o ato de filiar-se a partidos torna-se, muitas vezes, consequência das lutas e do próprio reconhecimento enquanto militante e mulher negra. Ter um discernimento político desperta o interesse em assumir mais a política, pois para o grupo dominante o exercício de poder se torna mais fácil, quando o conhecimento produzido pelo grupo oprimido é excluído, invisibilizado. Collins (2017) aponta que, não obstante, as mulheres negras estão na retaguarda em aproximadamente todas as posições socioeconômicas e devido a isso se tornam sujeitas a circunstâncias de vulnerabilidades como o desemprego, analfabetismo, situações de violência, entre outros.

Vanda define a experiência no cargo de primeira secretária da mulher como desafiadora e muito boa. Várias publicações surgiram a partir desse trabalho, inclusive o Gogó de Ema, uma publicação, segundo ela frisa, valorosa que traz à tona a decisiva participação feminina das alagoanas na história do estado. Foi um presente da sua companheira de luta, Schuma, para relatar a história das mulheres de Alagoas e a partir disso conseguiram realizar publicações anuais, como o livro em que fizeram um apanhado, entre 2000-2005, de todas as violências com relação às mulheres, assim nos conta que trabalhou muito o enfrentamento à violência contra a mulher, saúde da mulher, educação não sexista e antirracista, trabalho e renda, mulheres trabalhadoras rurais, empoderamento, relações raciais, entre outros.

Vanda fala ainda que foi um trabalho interessante e que rendeu bons frutos depois de sua saída da secretaria, como o fato de ter se tornado consultora, por exemplo. Assim, fez consultoria na Petrobras e na ONU Mulheres, devido ao trabalho que sua equipe havia realizado. Destaca que não atuou sozinha, além da equipe, feministas valorosas a ajudaram no trabalho naquela gestão e a gestar bem.

Parafraseando Gonzalez (2019 apud BANDEIRA, 2021), destaca o quanto a vivência com o coletivo a ajudou ao longo da sua caminhada, fortalecendo-a e ajudando-a a firmar o pé naquilo que acreditava. Então, o coletivo, para ela, é visto como um local de fortalecimento, de saúde e construção da identidade negra. Além disso, sua participação em movimentos sociais e culturais foi algo decisivo para sua identidade pessoal e do seu pensamento.

A atuação de mulheres negras através dos movimentos pode ser compreendida como referenciais importantes de militância e ativismo político que cotidianamente expressam e denunciam as desigualdades das quais são vítimas. Esse caminho político é resultado de negociações, estratégias políticas, de trajetória diversas e difusas, mas sobretudo de conquistas e aprendizados (CARNEIRO, 2003).

As estratégias de organização política, enquanto mobilização e intervenção, estabelecem-se como mecanismos fundamentais encontrados pelas mulheres negras para fazer emergir suas lutas, políticas e reivindicações. São geralmente as mulheres que se organizam em torno das demandas de sua comunidade. Dessa forma, o coletivo tem no feminismo negro uma de suas bandeiras e assim, as atividades se desenvolvem através do fortalecimento da autoestima das mulheres, no acompanhamento da juventude, na área de saúde, gravidez na adolescência, combate à violência doméstica, entre outros (MOREIRA; SOUZA, 2021).

Vanda nos conta que se aposentou, mas continuou trabalhando, faz consultorias, capacitações, palestras e está como psicóloga da secretaria de saúde de Teotônio Vilela na coordenação do programa de prevenção da gravidez na adolescência. Os dados apontavam um índice alto de gravidez na adolescência no município e com o trabalho desenvolvido já houve uma redução de cerca de 30% nos indicadores.

As mulheres negras, atualmente, ocupam um lugar de militância política, atuando em articulações políticas, partidos, ONG's, entre outros. Assim, podemos dizer que elas travaram uma luta contínua não só no interior do movimento negro, como também no estado, para implementação das políticas públicas que contemplem a questão de raça e gênero (GOMES, 2011).

A história política brasileira mostra-nos que as legislações antirracistas e a sua efetivação na nossa realidade foram construídas com avanços, limites, distâncias (GOMES, 2011). “As mulheres negras exibem uma lenta inserção na política, embora estejam fortemente envolvidas em diversas atividades, o que as limita no lugar de poder institucionalizado e a explicitação das suas necessidades” (ALMEIDA; MACHADO, 2021, p. 04).

Carneiro (2003) nos diz que as mulheres negras tiveram que enegrecer a agenda do movimento feminista e sexualizar a do movimento negro, para que assim houvesse uma diversidade das concepções e práticas políticas, tanto para afirmar novos sujeitos políticos quanto para exigir reconhecimento das diferenças e desigualdades entre eles.

A estrutura de oportunidades políticas que contribuiu para a emergência do Movimento de Mulheres Negras no cenário brasileiro esteve relacionada aos impedimentos na participação política firmada pelo governo militar e a contestação dos movimentos sociais que procuravam romper com as hierarquias sociais que mantinham essas estruturas, dessa forma “exigiam direitos de cidadania concomitantes a satisfação de carecimentos estruturais e materiais de grande parcela da população” (RODRIGUES; PRADO, 2010, p. 446). Dessa forma, a constituição do movimento para as mulheres e negras, os encontros para discussão sobre racismo, é considerando um momento histórico (GONZALEZ, 2010).

Carneiro (2003) aponta, que a trajetória de mulheres negras no interior do movimento feminista nacional, revela a insuficiência teórico-prática e política do feminismo. E ao integrar o sentido de expressões de sociedades multirraciais e pluriculturais é que se pode entender o princípio de enegrecer o feminismo. Foi exatamente pela ausência dos debates raciais no interior de práticas feministas, que as mulheres negras conseguiram ser inseridas.

As opressões das quais as mulheres negras são vítimas, a partir da articulação entre racismo, capitalismo e machismo afetam diretamente a sua percepção da política e por consequência mitigam a sua participação. Compreendendo o poder político como a capacidade de decisão no mundo público, sabe-se que as mulheres negras acabam sendo desapropriadas de exercê-lo. Do campo limitado de papéis sociais que são designados a elas, nenhum se direciona a espaços de poder, pelo contrário, acabam apenas reforçando os padrões hierárquicos (GOMES, 2018). O racismo estrutural atribui às mulheres negras caracterização associada à incapacidade e passividade, características essas que não condizem com a esfera de disputa política (WERNECK, 2010).

A trajetória da participação política das mulheres negras ascende um processo de resistência e luta pela identidade cultural e simbólica do povo negro e sua matriz africana, pois, foram despojados não apenas do lugar nas classes dominantes, mas também da sua cultura, produção cultural e científica a comunidade, tornando-se inferiores, sem condições simbólicas e materiais para ocuparem posições de poder (GOMES, 2018).

A política, portanto, configura-se como um espaço branco, colonialista, embora alguns movimentos populares reivindiquem uma agenda política que respeite alteridade e suas culturas.

A reinvenção da política se mostra como um grande desafio para os povos na América Latina, pois a política tradicional, da qual somos adeptos, é uma concepção grega clássica, transformá-la e descolonizá-la é o grande dilema dos povos que foram colonizados (SANTOS, 2020, p. 60).

Kilomba (2019) fala sobre a descolonização, podendo ser vista como a conquista de autonomia daqueles que foram colonizados. Descolonizando suas subjetividades e simultaneamente ter ações como políticas afirmativas que modifiquem as estruturas rígidas criadas e mantidas pela branquitude.

A luta por maior visibilidade como sujeitos políticos na sociedade e movimentos sociais, especificamente negro e feminista, fez com que elas iniciassem um caminho próprio, construindo “organizações autônomas que com o passar do tempo foram sendo reconhecidas e somadas às lutas dos demais movimentos, não deixando de lado as especificidades inerentes a formação deste grupo” (SANTOS, 2020, p. 69).

O processo de consolidação de uma perspectiva negra na política vai tomando corpo e legitimidade a partir dos embates destacados entre mulheres negras e brancas no encontro feminista realizado em Bertioga, em 1985, e as consequências de tais embates é a entrada na cena pública brasileira “do sujeito político mulheres negras e a luta pelo processo de autonomização e inserção política do Movimento de Mulheres Negras brasileiro culminando com a realização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, em Valença, em 1988” (RODRIGUES; PRADO, 2010, p. 451).

Esse movimento foi criticado por acreditarem que as mulheres negras estavam promovendo rupturas entre os movimentos sociais (negro e feminista), mas na verdade elas “buscavam por um referencial próprio, apoiadas em uma dupla militância em ambos os movimentos, mas sem estar subordinado a nenhum deles” (RODRIGUES; PRADO, 2010, p. 445). Então, as mulheres negras argumentam que não queriam estar submetidas às pautas gerais, seja do movimento negro, seja do movimento feminista, mas buscavam criar novas referências e se tornarem porta-vozes das suas próprias ideias para entrar ao lado de homens negros e mulheres brancas em posição de igualdade na luta contra a opressão (RODRIGUES; PRADO, 2010).

Se a presença de mulheres na política já é pequena, quando falamos de mulheres negras se torna um número menor ainda. Por serem a todo momento questionadas de sua capacidade, além de serem vítimas do racismo e sexismo que as deixam em uma posição desfavorável, havendo a necessidade de estratégias de enfrentamento para essas situações. Uma dessas estratégias é a efetivação de políticas que sejam capazes de viabilizar a participação de mulheres negras nesses espaços (RODRIGUES; PRADO, 2010).

Essas políticas afirmativas vêm para reparar “situações” produzidas que geraram/geram desigualdade sociais. O baixo número das mulheres negras na bancada legislativa brasileira nos coloca em um lugar de compreender os fatores que as distanciam da disputa eleitoral, considerando que, apenas em 2014 a variável cor/raça foi incluída no arquivo dos candidatos (ALMEIDA; MACHADO, 2021).

A ausência de discussão dos processos de racialização e produção do racismo, da violência torna-se um aspecto para a identificação de marcadores sociais que excluem mulheres negras do jogo político. Essa sub-representação e sua problemática “pode estar presente na representação partidária no que concerne a inserção dessas mulheres nos partidos, outro ponto seriam recursos de campanha, pois, é alta a correlação entre as despesas de campanha e a porcentagem de votos obtidos” (CAMPOS; MACHADO, 2015, p. 130).

Além disso, existe uma recusa da maioria branca em reconhecer que a questão racial, em se tratando da comunidade negra, seja um percalço na trajetória política, já que representa uma ameaça hierárquica conservadora a respeito da raça, cor e gênero (hooks, 2019). bell hooks nos diz que o reconhecimento e compreensão a respeito do pensamento das intelectuais negras nos permite análises valorosas para pensar outras possibilidades de referencial para as ciências sociais, além de uma compreensão ética e política do racismo.

A estrutura política que dificulta a representação de mulheres negras se constrói de forma a minar as possibilidades de ascensão no campo político. Assim, quando analisamos as questões de raça e gênero caímos em perspectivas enrijecidas, carregadas de estigmas que produzem estereótipos negativos, com efeitos da marginalização e violência simbólica (GOMES, 2018).

Legislaturas ocupadas integralmente por homens, não podem representar adequadamente as mulheres. Da mesma forma, isso se aplica aos movimentos negros, pois essas legislaturas apoderadas majoritariamente por homens e mulheres brancas provocam a inexistência de representação da população negra, principalmente nas pautas demandadas por mulheres negras. Isso gera uma mobilização significativa dos movimentos de ativistas negras para que adotem medidas que proporcionem um equilíbrio na proporção de candidaturas em relação à representação de raça e gênero (CARNEIRO, 2003).

3.4 Estratégias de enfrentamento a situações racistas

É sobre o toque não mais machucar
 E a dor do banzo virar cicatriz
 Sobre a urgência do auto cuidar
 Também ser luta
 É sobre abraço, sobre pertencer
 Nos dar afeto pra fortificar
 Sobre se ouvir e se fortalecer
 Ser chave pra resistir
 Se somos, sou
 Resiste

(BARBOSA; RASHID, 2020, n.p.).

Escrever, reescrever, transformar, resistir. O esforço pela “afirmação de uma identidade e reconhecimento representou para mulheres negras, destituídas de capital, uma luta histórica” (CARNEIRO, 2003, p. 129). Uma luta contínua de gerações de mulheres que

resistiram/resistem de diferentes maneiras para serem autoras das suas próprias narrativas (CARNEIRO, 2003).

A construção de uma identidade negra não é algo fácil, já que, nesse caso, construir, é antes de tudo desconstruir. Desconstruir ideias, convicções sobre si mesmo que estão enraizadas, desconstruir histórias. Minha escrita nasce dessa experiência com a pesquisa e aproximação com a história de vida através de um corpo social e racialmente marcado. Nesse sentido, este trabalho extrapola os muros acadêmicos e me conduz por caminhos até então não pensados, mas que me auxiliam no sentido da subjetivação e conseqüentemente na (re)construção da minha identidade. As narrativas biográficas, enquanto escritas, possibilitam uma construção subjetiva que abre a “possibilidade do devir, de ser outro do que se é, escapando às formas biopolíticas de produção do indivíduo” (RAGO, 2013, p. 52).

Sobre o início da sua caminhada e estratégias de enfrentamento, Vanda nos fala que seu pai sempre lhe ensinou sobre a questão racial e saber o que significa ser negra e sua origem o que permitiu a ela identificar desde cedo as diferenças no tratamento e, com isso, construir uma consciência política sobre as opressões e violências que vitimam a população negra.

Sobre sua construção de autonomia e sua luta pela sobrevivência, relata que tinha dez anos quando seu pai faleceu e sua mãe passou a costurar para fora, aos quatorze anos fez um curso, no Senac, de manicure e pedicure e colocou uma tabuleta na porta de casa e começou a vender seu serviço. Assim como seu irmão, que começou a trabalhar e ao receber, o décimo terceiro salário, deu uma parte dele a ela. A partir daí, passou a comprar roupa, além de ensinar algumas crianças da vizinhança para juntar dinheiro.

Então, Vanda nos diz que não parou mais de vender. Vendia utilidades domésticas, cosméticos, tudo antes de entrar na faculdade. Foi a primeira da família a fazer um curso universitário, embora seus irmãos tenham realizado cursos em escola técnica. Diante disso, relata que todos de sua família lutaram muito e que não se conformavam em ganhar apenas um salário. Mesmo quando foi aprovada na Polícia, continuava a vender roupas, pegava vestidos de uma companheira que tinha uma fabriqueta de vestidos, chamada Terezinha, e vendia nos encontros feministas e negro, em conferências, entre outros eventos.

Empreender esteve presente na vida de Vanda desde cedo, inicialmente pela manutenção das condições básicas para sobreviver, posteriormente para não se limitar exclusivamente ao salário mínimo ou como, estratégia de enfrentamento para lidar com situações excludentes, críticas, entre outras. Os trabalhos informais podem ser compreendidos como uma resposta aos baixos salários de trabalhos formais e/ou ainda por poucas oportunidades de trabalho, principalmente quando se fala de pessoas negras e de mulheres

negras, já que se trata de uma população excluída historicamente das políticas públicas (MACHADO; PAES, 2021).

Iniciar a militância ainda cedo proporcionou à Vanda o desenvolvimento de uma responsabilidade com outras mulheres que não tiveram oportunidade de um desenvolvimento de consciência política e da opressão da qual são vítimas (BORGES *et al.*, 2020). É um modo de seguir que não permite olhar apenas para as próprias necessidades, mas se preocupar com a história de outras mulheres negras.

Nesse meio, estar envolvida na realização de atividades culturais, espaços de afirmação, é uma maneira de superar o racismo institucional. Vanda nos diz que ao longo da sua atuação em setores políticos teve a possibilidade de falar sobre as necessidades das mulheres negras, debatendo as questões raciais e desenvolvendo trabalhos que contemplassem essa população. Isso é característico do tornar-se negra e da relação entre família e ancestralidade (BORGES *et al.*, 2020).

Ao longo da nossa conversa, Vanda fala como seu envolvimento com os movimentos, destacando o feminista e de mulheres negras, formaram suas redes de apoio. Reconhece, que a sua participação nos movimentos sociais a colocaram numa posição privilegiada, no sentido das oportunidades que surgiram no seu caminho. Compreende, que nem todas as mulheres passaram pelas etapas que passou, não tiveram em lugares de gestão, mas não por não haver mulheres competentes e, sim, por não ter sido aproveitado o potencial dessas mulheres.

Por mais que tenha tido alguns privilégios, porque eu acho que sou uma pessoa que tem um privilégio no sentido das oportunidades, né? De tá no lugar certo, na hora certa, talvez, mas não existe a coisa da sorte, entendeu? É muito, você... quando eu digo que tenho privilégio, é porque eu sempre digo aos meus filhos, eu conheço mulheres valorosas, mulheres negras valorosas, inteligentíssimas (...) não estiveram em lugares de gestão, não se aproveitou o potencial dessas mulheres né? E por isso talvez o nome seja sorte, não sei. Não sei se o nome é sorte, mas a grande maioria das mulheres como eu... a gente tem as coisas ou está nos lugares porque a gente lutou por isso e a gente não lutou sozinha (MENEZES, 2021, n.p.).

Sobre sua experiência nesses movimentos, ela conta que iniciou sua militância no movimento negro e depois, começou a despertar para o movimento feminista e a desenvolver e participar de importantes entidades, já que mulheres ainda sofriam discriminações e na maior parte das vezes encontravam-se afastadas das entidades e decisões de sua classe.

O enfrentamento das situações de violência passa por um processo de emancipação coletiva, em que mulheres podem reconhecer situações de discriminação que vivenciam cotidianamente e enfrentá-las. Ocupar espaços coletivos, lugar de fala, busca pela representatividade, a desgosto dos espaços conservadores, é o que compõe o cotidiano da militância e o enfrentamento de desigualdades (BORGES *et al.*, 2020).

A partir disso, a participação das mulheres alagoanas nesses espaços demonstra a preocupação das militantes na luta pela ampliação da cidadania feminina, no sentido de união entre elas para produzir visibilidade e mostrar que estão presentes nos espaços. Ao longo da sua militância, aponta uma responsabilidade para com outras mulheres que não tiveram as mesmas oportunidades de desenvolvimento da consciência de sua opressão. Ao destacar a sua passagem por cargos importantes no governo do estado, relata que:

Cheguei até aqui através do mérito de muitas mulheres e homens de luta. Acredito que através da minha experiência no movimento feminista e negro, poderei no governo, influir para que gestoras e gestores incorporem as questões de gênero e étnico-racial no planejamento e execução das políticas, contribuindo assim para a democracia e a efetiva inclusão social das mulheres e dos negros nas Alagoas e no Brasil (SCHUMAHER, 2004, p. 144).

Assim, demonstra que sua trajetória política e envolvimento com atividades que geraram mudanças significativas no nosso estado a aproximou de outras pessoas oprimidas, sendo reconhecida pelo seu trabalho a partir das intervenções coletivas e apoio em comunidades que estão na luta. A condição da mulher negra na perspectiva de raça e gênero está entre os grupos mais ignorados, subjugados e mais atacados, mas ao mesmo tempo, elas constroem trajetórias que conseguem manter a esperança da liberdade viva (DAVIS, 2017).

As mulheres negras sempre estiveram em movimento, ora pela sobrevivência ora pela inserção social e política e a todo tempo contra o racismo e suas expressões perversas. O que impulsiona as mulheres na luta é acreditar na possibilidade de uma construção de um “modelo civilizatório fraterno, sob os valores colocados pela luta antirracista, feminista e ecológica. Pela construção de uma sociedade multirracial e pluricultural, onde a diferença seja vivida como equivalência e não mais como inferioridade” (CARNEIRO, 2011, p. 08).

Vanda nos fala que sua maior rede de apoio é a sua família, por viver muito no mundo, se não fosse essa rede para acolhê-la, cuidar do seu filho, não sabe como seria. Destaca que no matriarcado são as mulheres que cuidam, que tomam conta, que decidem e essa relação ela tinha e tem em casa, então, sempre pôde contar com o apoio da sua família, considerando sua casa como um lugar de muita cooperação entre as mulheres. E para além disso, o movimento feminista de mulheres negras a ajudou em suas conquistas ao longo de sua caminhada. Sem o feminismo, não sabe como seria. No trabalho, diz que também contava com essa rede de apoio. Quando estava na Perícia, por exemplo, tinha a solidariedade na troca de plantões para ir aos encontros do movimento e respeito dos colegas com seu ativismo, uma relação que permanece mesmo após sua aposentadoria.

A participação de Vanda em entidades como o Conselho da Mulher, UMMa, fórum de mulheres, Delegacia da Mulher, mobilizou mulheres em torno da defesa dos direitos sociais. O

feminismo alagoano através da luta de mulheres como ela, focou suas ações no desenvolvimento de políticas institucionais para as mulheres.

Os movimentos sociais, pelos quais participou tornaram-se um ato de resistência composto, em sua trajetória, tanto por mulheres negras como brancas, tomando forças para enfrentar situações discriminatórias que vivem cotidianamente. A ocupação em espaços coletivos, a respeito da resistência de setores conservadores, acaba compondo o dia a dia da militância e enfrentamento da desigualdade.

Vanda destaca que a sua trajetória e contato com distintas realidades proporcionou um aprendizado em que descarta a necessidade de um mestrado e doutorado, pois já aprendeu tudo ao longo das suas vivências e caminhos. Estar presente nesses espaços e discussões políticas torna-se um investimento na construção de conhecimento, além de ser válido quando pode ser utilizado para transformar a vida de outras pessoas. O conhecimento constituído no coletivo parece ser condição necessária ao enfrentamento da posição de desvantagem, reconhecimento dos privilégios brancos e desnaturalização da realidade social (BORGES *et al.*, 2020).

Assim, Vanda afirma que a inquietude sempre foi algo vigente em sua vida, possibilitando abertura para as discussões necessárias com relação às questões que a incomodavam e conseqüentemente afetavam outras mulheres negras. Em sua participação no Conselho da Mulher, que tinha uma representação das mulheres indígenas, sertanejas e negras, relata seu desconforto por não incluírem pautas de mulheres negras como causa de todas as mulheres e, sim, como apenas sua, já que era a mulher negra que fazia parte do conselho.

Até precisou afirmar que não era apenas um problema seu, mais da metade da população de Alagoas e diante disso, elas teriam que aprender a tomar essas questões das mulheres negras como algo de todas as mulheres. Inicialmente houve um desconforto, mas logo foi bem compreendida pelas suas companheiras, que precisavam tomar as causas como se fossem delas também, embora existam especificidades, era algo que deveria afetar todas elas. Assim, todo percurso construído através da militância aponta esse sentimento de responsabilidade sobre outras mulheres, então ocupar esses espaços era uma maneira de se afirmar e superar o racismo institucional.

Outro aspecto que fortalece a trajetória de Vanda e que ela pontua ao longo da nossa conversa é a ancestralidade, quando relata que:

Quem sabe da minha vida é xangô, sou filha de xangô e é ele quem rege a minha vida, junto com Iemanjá, então... vai tudo que é. É porque eles determinam. Eles me usam como seu instrumento. E o que eu preciso de retorno. É fazer o bem, não desejar mal a ninguém. É poder, quando posso ajudar todo mundo sem julgamentos (MENEZES, 2021, n.p.).

Os movimentos negros, bem como os movimentos de mulheres negras incorporam em suas narrativas histórias e políticas as comunidades religiosas de matriz africana. A ancestralidade está sempre presente nas suas narrativas, por compreenderem que as fortalecem e dão sentido às suas lutas por melhores oportunidades e maior igualdade social (BORGES *et al.*, 2020).

“Pensar na movimentação de mulheres negras em resistência hoje é revisitar narrativas de poder e ancestralidade” (LAPROVITA, 2019, p. 05). Há poder e potência resgatados através das conexões ancestrais, no contato com outras mulheres negras que no passado se movimentaram e permitem repensar o presente e construir o futuro.

Vanda conta que a história da população negra é sempre muito pesada, já que luta o tempo inteiro contra o racismo e quanto as mulheres negras, além do racismo há a luta contra o sexismo e a luta pelo direito de respirar, o direito de estar, de querer uma vida melhor e digna para todos. O povo negro tem essa necessidade de rezar com o corpo, já que “o nosso corpo é lugar sagrado, o corpo negro é o corpo onde ele recebe orixás [...] é o corpo para as festas negras, como o reinado, onde vem o fardamento, vem o rosário, é algo muito sagrado” (LUÍSA apud BORGES *et al.*, 2020, p. 83).

Por compartilharem suas trajetórias e experiências que, muitas vezes, se tornam semelhantes, as mulheres negras identificam-se umas com as outras e se tornam referência para as demais no processo de reelaboração de si mesmas. Dessa maneira, o seu cuidado também implica no cuidado das outras. Vanda nos fala que a sua luta é para que:

Todos tenham o direito de bem viver, o direito de respirar, o direito de estar, o direito a uma vida digna (...) eu quero que todo mundo tenha bem viver, ele é coletivo, diferente de viver bem, que é individual. Bem viver é todas, todos e todes terem acesso a uma saúde de qualidade, uma educação plural. Que tenham trabalho, renda, iluminação pública, para ter segurança ao voltar para casa à noite, transporte de qualidade, trabalhadoras domésticas tenham carteiras assinadas, moradia digna, isso é bem viver enquanto isso não existir, eu não vou dormir bem (...) é isso, a minha luta é pelo bem viver e convocar as pessoas para fazerem isso. Vai ter sempre alguém que precisa da gente. E eu não tenho dúvidas, a gente precisa fazer essa reflexão diária que a gente tem muito e pode dividir (MENEZES, 2021, n.p.).

As narrativas de mulheres negras se tornam um dispositivo para ressignificar as suas histórias e produzir sentido e estratégias de enfrentamento para situações de dor, doença e injustiça. Tais estratégias possibilitam enfrentar as discriminações e violências e apesar de estarem repletas de fragmentos de um discurso dominante, conseguem romper com uma posição de inferioridade, passividade, assujeitamento (OLIVEIRA; MENEGHEL; BERNARDES 2009).

A articulação entre o subjetivo e coletivo permite a construção de estratégias para o enfrentamento da opressão e violência cotidianas. Vanda ao relatar a sua inserção na militância

e desenvolvimento de atividades destaca que o coletivo a ajudou a gestar bem e a desenvolver trabalhos que renderam bons frutos. A participação em coletivo e movimentos sociais pode ser considerada enquanto estratégia de luta por direitos, visibilidade e cidadania (RODRIGUES; SILVA, 2021).

O poder da coletividade e trocas através de vivências proporciona a aproximação com a própria cultura, e utilização da linguagem para transpor o impacto do racismo no cotidiano da população negra. A desconstrução do racismo estrutural pode ser mobilizada através da cultura, educação, arte, circulação das palavras e políticas públicas, entre outros (SANTOS, 2021).

A estrutura social é construída por diversos conflitos, no qual podemos destacar, de classe, gênero, raça, sexual, entre outros. Dessa maneira, instituições também podem agir de forma conflituosa, posicionando-se diante do conflito. Em uma sociedade racista que apresenta práticas preconceituosas em seu cotidiano, as instituições que não tratarem as desigualdades raciais como um problema e de forma ativa, acabarão reproduzindo e naturalizando práticas racistas que há em toda sociedade.

Compreende-se que o racismo decorre da própria estrutura racial, ou seja “do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional”. O racismo enquanto processo histórico e político cria condições sociais para que, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática” (ALMEIDA, 2019, p. 33).

Vanda ao relatar e articular aspectos subjetivos e coletivos constrói estratégias de enfrentamento de situações de opressão que cotidianamente afetam a população negra. Ocupar o lugar de mulher negra exige estratégias diárias de enfrentamento, assim como de cuidados, já que o racismo produz dor e sofrimento, demarcando essa população historicamente e coletivamente no Brasil.

4 POSICIONAMENTOS TEÓRICO- METODOLÓGICOS

Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo (...) finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever (ALZANDÚA, 1980, p. 232).

A produção de conhecimento não pode separar vida e escrita, e isso nos ensina a não separar o pessoal do político e é exatamente isso que as mulheres negras nos ensinam a fazer (ALZANDÚA, 2019). Com isso, somos convidadas a apostar em uma produção de conhecimento que articule vivências pessoais e singulares com análises do processo de produção subjetiva e social (hooks, 2019).

O ato de escrever e conseqüentemente o da pesquisa nos permite contar histórias e falar sobre percepções distintas de mundo. Dessa maneira, ao narrar a história de uma mulher negra, esta escrita torna-se um ato político que nos convoca a expandir as possibilidades e questionar o discurso proposto pela ciência moderna de uma lógica única de conhecimento (KILOMBA, 2016).

Neste capítulo, a proposta é possibilitar conhecer o caminho que trilhei para realização desta pesquisa, que se fundamenta em pressupostos do Construcionismo social. Essa perspectiva convida-nos a desafiar as bases objetivas do conhecimento convencional e desconstruir os mitos que possa representar de forma correta e fiel, a realidade; problematiza conceitos e concepções naturalizadas, ressaltando que o conhecimento é algo que construímos em conjunto a partir das nossas práticas cotidianas (SPINK, 2010).

É norteadada por esses pressupostos, que dialogamos, sobre os passos percorridos nesta pesquisa, destacando mudanças e reconfigurações durante o caminho de sua construção, que desde o início, eu considerava necessário assumir uma postura enquanto pesquisadora, que estivesse de acordo com minha história, com minha formação e atuação enquanto psicóloga.

Foi levando em conta esses aspectos que construí uma pesquisa relacional (CAMPOS; SOUZA, 2021), assumindo uma posição ética e comprometida, produzindo um conhecimento horizontal e dialógico e, considerando que este conhecimento é social e situado e se constrói junto com outras pessoas.

Assumir uma postura construcionista possibilita que os passos dados para a produção de conhecimento sejam reconfigurados durante o seu próprio processo de construção. Assim, as primeiras inquietações que me levaram ao ponto central deste trabalho brotaram nos primeiros encontros da orientação, que me levaram a revisitar minha história e prática profissional.

O objetivo da minha pesquisa, inicialmente, estava relacionado à escuta qualificada e ao acolhimento oferecido pelos técnicos de referência do CREAS, à mulher vítima de violência, enquanto potencializadores para a identificação e enfrentamento dessa situação. A minha atuação nesse equipamento da assistência social levou-me a observar que as mulheres que acompanhávamos no processo de violação de direitos são, em sua maioria, mulheres negras e os locais mais afetados, quanto à violência e vulnerabilidade social, são as comunidades quilombolas.

As discussões nas orientações e as leituras que me aproximaram do Feminismo Negro, me envolveram e me afetaram com o tema do racismo, ao ponto de compreender, a partir do referencial teórico-metodológico adotado, que o problema apresentado ia mais além do que poderia proporcionar a discussão sobre o trabalho interdisciplinar do CREAS.

Passei a refletir sobre a articulação entre raça e gênero, que possibilitaria problematizar as formas como essas desigualdades e assimetrias se entrecruzam e influenciam na experiência de vida da mulher negra, compreendendo o racismo enquanto construção social que prejudica e marginaliza a população negra.

O processo de qualificação foi primordial para os direcionamentos que essa pesquisa tomou em seu percurso. Pois, a partir daquele momento, surgiram ideias e inquietações a respeito do problema de pesquisa. A experiência de ouvir as contribuições tocou-me a ponto de repensar toda a estrutura e ideias trazidas nesse caminho de construção da pesquisa.

A leitura sobre a história de Djamilia Ribeiro, nascida em Santos (SP), também foi fundamental para a (re)construção desta pesquisa, por ser uma feminista negra, filósofa, escritora e acadêmica brasileira, além de ser uma importante voz contemporânea em defesa dos direitos de mulheres negras e luta pela diversidade.

O interesse pela sua história de vida surge pelo seu contato com a militância, ainda na infância, tendo seu pai como um dos seus grandes influentes, homem autodidata e militante

comunista e do movimento negro. Embora tenha se sentido em boa parte da infância e adolescência “estranha e inadequada” e ter uma experiência de vida marcada pelo incômodo de uma incompreensão fundamental, não tendo consciência sobre si, era na sua casa que essa situação se tornava diferente, sentindo-se segura para ser aquilo que quisesse ser. “Uma criança falante, que soltava seus cabelos crespos e até pretensiosa” (RIBEIRO, 2018a, p. 14).

Dessa maneira, pontua sobre o quanto a fascina a maneira pela qual as feministas negras, como, bell hooks, Carolina Maria de Jesus, Sueli Carneiro, Toni Morrison escreveram ensinando a viver além da dor, não permitindo que suas existências sejam marcadas somente por violências. Por mais que a nossa sociedade seja pautada no racismo, machismo e capitalismo, muitas trazem a importância de encontrar suas próprias definições (RIBEIRO, 2018a).

Essas narrativas levaram a delinear o problema de pesquisa e questionar: quais as estratégias de enfrentamento, nas histórias de vida de mulheres negras, que possibilitam lidar com as situações vivenciadas como racistas? Qual o impacto do racismo em suas vivências? Qual a contribuição dos movimentos e ações políticas nesse processo? Essa discussão busca compreender como as mulheres negras através das suas redes de apoio, participação em movimentos de luta e acesso à educação, conseguem certa ascensão social, profissional, superando obstáculos, construindo possibilidades de enfrentamento diante do racismo e discriminação de gênero e raça.

Podemos compreender que o nosso país foi fundado sob o mito de uma democracia racial e essa compreensão gera uma dificuldade para as pessoas compreenderem do que se trata o racismo. O racismo deve ser compreendido enquanto um sistema político que impede a população negra o acesso a direitos básicos; desconsiderando, muitas vezes, como o racismo historicamente vem minando oportunidades, serviços (educação de qualidade, empregos formais e bem remunerados etc.) e espaços que a população negra foi impedida de estar (RIBEIRO, 2019).

Nesse sentido, a perspectiva construcionista que norteia esta pesquisa nos leva a assumir uma postura crítica diante do mundo, por questionar aquilo que é considerado “natural” ou se estabilizou enquanto verdade cristalizada no tempo. Nesse sentido, destaca-se que os acontecimentos são construídos historicamente. “A pesquisa construcionista social ocupa-se principalmente de explicar os processos pelos quais as pessoas descrevem, explicam, ou, de alguma forma, dão conta do mundo em que vivem” (GERGEN, 1985, p. 266).

O construcionismo social possibilita que a construção da realidade se dá em meio ao coletivo e que não é possível falar de individualidade descolado da forma como as pessoas

vivem em seus contextos sociais. O que tomamos no nosso dia a dia como objetos naturais, são na verdade objetivações consequente das nossas práticas e construções (SPINK, 2010, p. 10).

As Práticas Discursivas é um referencial teórico-metodológico norteado pelo Construcionismo Social, que elegemos como um meio de acesso e de coprodução de sentidos sociais. “O referencial das Práticas Discursivas - que utiliza a Pragmática como base das teorias da linguagem -, busca os sentidos produzidos pela linguagem ordinária, seus usos e seus efeitos no cotidiano” (BERNARDES et. al., 2015).

“Práticas Discursivas é uma expressão utilizada para demarcar os momentos ativos do uso da linguagem, nos quais convivem tanto a ordem como a diversidade” (SPINK; MEDRADO, 2013, p. 26). Assim, relaciona-se às ações, escolhas, linguagens, contextos, entre outros. São uma variedade de produções sociais que constitui um caminho privilegiado que nos possibilita compreender a produção de sentido no cotidiano, já que é uma prática social, dialógica que implica na linguagem em uso. Assim, pode ser melhor definida a partir de três dimensões básicas: linguagem, história e pessoa (SPINK; MEDRADO, 2013).

A linguagem é entendida enquanto uma prática social, “as maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais cotidianas” (SPINK; MEDRADO, 2013, p.26). A linguagem constitui o foco das Práticas Discursivas, compreendida nos mais variados aspectos – quando, como, de que modo, em que condições – e contextos.

A produção de sentidos é, portanto, uma prática social e dialógica que diz respeito a linguagem em uso que busca compreender as práticas discursivas que perpassa pelo cotidiano, através das narrativas, argumentações e conversas (SPINK; MEDRADO, 2013).

A partir da história de Djamila Ribeiro e tomadas pelas questões de raça e gênero, eu e minha orientadora propusemos destacar a história de vida de uma mulher negra e alagoana, comprometidas com a construção de um conhecimento situado, no contexto em que vivemos.

Para escolhermos quem poderia ser, tivemos como fonte de busca o livro “Gogó de Emas” (SCHUMAHER, 2004), que retrata a participação e ações políticas de mulheres na história do estado de Alagoas. Qual delas poderia ser trazida nesta dissertação? Encontrei a história de vida de Vanda Menezes, mulher negra, feminista psicóloga, militante do movimento de mulheres negras e a primeira Secretária de estado da mulher de Alagoas e do País. Foram essas informações descritas, que me levou até ela, para convidá-la a participar desta pesquisa, por meio de uma conversa sobre sua história de vida.

O primeiro contato com Vanda foi realizado a partir do acesso a uma rede social, *Instagram*, ocasião em que a consultei para saber se aceitaria participar da pesquisa. Contei que estava construindo meu trabalho sobre mulheres negras e as estratégias de enfretamento diante

de situações de racismo através da história de vida de uma mulher negra que desempenha algum tipo de militância frente aos direitos das mulheres e que discute também a questão das pautas raciais. Pontuei a importância que esta pesquisa tem para a Psicologia e academia como um todo, enfatizando a necessidade de produzir mais conhecimento sobre as histórias das mulheres negras, dos movimentos sociais de Alagoas e demais espaços. Foi quando ela aceitou e a partir daí os nossos contatos deram continuidade pelo *WhatsApp*, para que facilitasse a nossa comunicação e o nosso encontro. Através dele pudemos combinar um horário e dia para realizarmos a nossa conversa.

Vale ressaltar que a conversa enquanto prática discursiva, tem por finalidade entender “como as pessoas são posicionadas, como se posicionam e como se construiu o jogo de posicionamentos entre elas, o que nos possibilita explicitar de que maneira as relações de saber/poder vão se constituindo e como são negociadas pelos/as interlocutoras” (SPINK *et al.*, 2014, p. 62).

A metodologia desta pesquisa caracteriza-se como relacional, ao construir ambientes no qual convidam os sujeitos a dialogar. A partir disso, pode-se compreender que a pesquisa não é sobre os sujeitos, mas com os sujeitos, que são chamados a participarem ativamente da sua construção. “Sendo construída de maneira conjunta com os sujeitos envolvidos na investigação, a pesquisa relacional parte do pressuposto de que os significados não estão nas mentes individuais, mas são estabelecidos nas relações e, portanto, o significado é relacional” (CAMPOS; SOUZA, 2021, p. 05).

De Campos e De Souza (2021) em seus escritos relata que a pesquisa relacional é apresentada de maneira alternativa ao fazer científico moderno que é conduzido por uma racionalidade objetiva, neutra, controladora e totalizante. Assim, convida os sujeitos a dialogar e por meio dessa conversa ter a possibilidade de ressignificar posturas, relações e ações.

Nessa perspectiva é um tipo de pesquisa que não se faz sobre, mas com os interlocutores que são convidados a participar ativamente da construção do trabalho, envolvendo-se com o processo. Não são aqui compreendidos como meros informantes, mas como coconstrutores já que podem e devem se sentir confortáveis na produção de conhecimento. “Elas têm o direito de acompanhar e intervir no que está sendo feito pelo pesquisador, suas intervenções na pesquisa devem constar no relatório final de maneira explícita e detalhada” (DE CAMPOS; DE SOUZA, 2021, p. 07).

Esse encontro convida-nos a conversar com a interlocutora e a não ser um mero observador e/ou avaliador externo que chega para emitir julgamentos sobre tudo e todos. O pesquisador, a partir disso, “deve envolver-se no processo e saber ser envolvido, relatando suas

impressões, seus vieses e colocando-os junto com os dos outros” (CAMPOS; SOUZA, 2021, p. 8) Assim, destaco nesse trabalho a importância do compartilhamento. Do sujeito implicado. Seres relacionais, que se constituem nas suas relações.

Para isso é necessário um compromisso ético- político com a pesquisa, pois nenhum método é capaz de compreender todas as variações sutis na experiência humana, superando assim métodos que descrevem essa experiência de forma universal. Por isso a importância de situar a pesquisa a partir dos seus contextos, compreendendo como os grupos sociais se constroem e dão sentido às suas práticas (DENZIN; LINCOLN, 2006).

Considerando a importância da relação entre pesquisadora e interlocutora o método qualitativo utilizado é a história de vida. Por meio da História de vida a mulher pode “narrar a sua história e dela se apropriar, refazendo os caminhos percorridos” (BOSI, 1987), da maneira como achar melhor, no modelo de uma entrevista narrativa, no qual possibilitou que fosse construída uma linha temporal, descrevendo sua história de vida desde o nascimento, a sua relação familiar, com a vida política, entre outros momentos (SPINK *et al.*, 2014).

Por se tratar de uma pesquisa que envolve um ser humano, na construção de informações/ conhecimento, atendemos às normativas técnicas, submetendo o projeto ao código de ética em pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), por meio da Plataforma Brasil, respeitando as diretrizes das Resoluções de nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que preveem a proteção das pessoas envolvidas na pesquisa.

Seguindo os parâmetros éticos, através do contato inicial com Vanda Menezes, pude explicar de forma detalhada os objetivos da pesquisa, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e minhas responsabilidades, no sentido de ser algo “coconstruído, negociado, re) significado, enfocando na competência ética de todos(as) os(as) envolvidos(as) no processo de definição dos valores e das normas de conduta” (CORDEIRO *et al.*, 2014, p. 43).

Foi um momento significativo, no qual pudemos compactuar que a construção do texto seria realizada com a contribuição dela, que eu desenvolveria a escrita e, posteriormente, eu encaminharia para ela acrescentar, modificar ou retirar parte de sua história, sendo só finalizada, após sua participação e novamente ter seu consentimento. Foi falado também a respeito do não anonimato, em função de ser sua história de vida. Esses termos de compromisso ético com sua história contribuíram para que mantivesse o seu interesse inicial, em participar da pesquisa, que foi reafirmado naquele momento. Seguindo esses passos a nossa conversa foi realizada por meio do aplicativo *Google meet*, tendo obtido a permissão dela para ser gravada.

O momento do nosso encontro para conversar aconteceu de forma fluída e espontânea, orientada pela proposta dela relatar a sua história de vida, seu percurso, recursos significantes, redes de apoio, quem a ajudava em cada contexto, quem a acompanhava, entre outros.

Considerando o referencial teórico das Práticas Discursivas, a partir da conversa é possível acessar os gêneros da fala e os repertórios, seja de um grupo ou sociedade. E isso nos permite compreender como as práticas sociais vão sendo orientadas e “coproduzindo uma versão de realidade que pode ser compartilhada por todos os seus membros, assim como ser contestada por outros” (SPINK et al, 2014, p. 60). A manutenção e mudança de gêneros na fala e repertórios nos possibilita nomear determinado fenômeno e possibilidades a respeito das práticas construídas e mantidas pelas pessoas, grupo e sociedade (SPINK et al, 2014).

Deste modo, a análise das narrativas produzidas, nesta pesquisa, fundamenta-se em uma prática social, dialógica, que implica a linguagem em uso, “e busca entender tanto as práticas discursivas que atravessam o cotidiano (narrativas, argumentações e conversas, por exemplo), como os repertórios utilizados nessas produções discursivas” (SPINK; MEDRADO, 2013, p.23).

Após o nosso encontro e conversa, foi realizada a transcrição integral, incluindo todas as falas e expressões comunicadas, sendo feita de forma literalmente, conforme foram trazidas para manter o discurso original (SPINK *et al.*, 2014). Após a transcrição integral, foi realizada a transcrição sequencial no qual é realizada a partir da “identificação das falas e vozes presentes no áudio, imagens ou textos. Procuramos identificar quem fala, em que ordem cada pessoa fala e sobre o que fala” (SPINK *et al.*, 2014, p. 254).

Dessa maneira, para sistematizar e realizar a transcrição sequencial foi organizado um quadro no qual pudemos identificar sobre o que se versa a conversa e como ela acontece. Foram divididas em 04 colunas; a primeira coluna “Quem fala” foi listada o momento em que a interlocutora e pesquisadora falavam. Na segunda coluna “Sobre o que fala” eram indicados as ações e argumentos, identificando as expressões, argumentos, sentimentos, repertórios linguísticos. Na coluna “Tema” foram agrupados os assuntos pelo qual se deu a conversa, discussão, reflexão, entre outros e na quarta coluna “Incidentes críticos” foram identificados para que pudéssemos rastrear “as redes de associações que compõem um cotidiano heterogêneo, visibilizando os jogos políticos entre os atores envolvidos numa dada controvérsia”¹. Assim, (FOUCAULT, 2008 apud GALINDO; RODRIGUES, 2014, p 169).

¹ “As controvérsias são momentos privilegiados de visibilidade dos atores sociais envolvidos em uma disputa ou debate. Nessa movimentação há a circulação de enunciados opostos, rompendo-se o consenso habitual, exigindo que os diferentes atores se posicionem e sejam posicionados pelos demais” (SPINK *et al.*, 2014, p. 326).

Após a construção da transcrição sequencial e identificação dos incidentes críticos, foi construído um quadro (apêndice A) para visualizar e organizar os acontecimentos em uma linha narrativa² que nos “dá visibilidade à ordenação temporal dos eventos relatados, tende a ser uma linha do tempo” (SPINK, 2010, p. 41).

A organização dos eventos na linha do tempo como recurso analítico foi utilizada para possibilitar que os acontecimentos fossem situados cronologicamente e, através dela “entender as estratégias usadas para argumentar, explicar, justificar e dessa forma fazer valer uma certa interpretação dos acontecimentos” (SPINK, 2010, p. 45).

A construção do quadro foi realizada no Microsoft Word, considerando três elementos: os eventos³, nomeação utilizada para referir-se a Vanda e a pesquisadora e conotação afetiva dos discursos⁴. Os eventos constituem os elementos mais imediatos da construção das linhas narrativas (SPINK; LIMA, 2013).

O quadro está dividido em dois grupos, sendo eles: incidentes críticos e os acontecimentos; o ano em que aconteceu cada evento.

O primeiro grupo, intitulado - incidentes críticos- foi sinalizado na cor amarela, assim como o ano em que cada situação ocorreu. Esses eventos foram definidos como incidentes críticos, pela possibilidade de tornar visível as ações, negociações e posicionamentos assumidos. A partir da observação e descrição possibilita a pesquisadora e interlocutora “o rastreamento das redes de associações para pensar melhores formas de problematização de uma disputa” (VENTURINI, 2009; 2010 apud SPINK *et al.*, 2014, p. 169). O segundo grupo, sinalizado na cor azul estão os – acontecimentos- que foram gerados a partir dos incidentes.

Assim, foram identificados dezessete (17) incidentes críticos, são eles:

1) Em 1960, seu nascimento, no qual situa seu local e ano, sua posição na configuração familiar e as características familiares de raça, laboral, social.

2) Em 1970, morte do pai e situação de discriminação na escola, trazendo as dificuldades financeiras e devido a isso sua mãe passou a costurar para fora.

3) Em 1977, início das atividades laborais, momento em que contraria o desejo do irmão de ser médica e pela falta da sua ajuda começa a dar aulas particulares para juntar dinheiro e entrar no curso de Psicologia, além de fazer curso de manicure e pedicure.

² “As linhas narrativas são apropriadas para esquematizar os conteúdos das histórias utilizadas como ilustrações e/ou posicionamentos identitários no decorrer da entrevista” (SPINK *et al.*, 2013, p. 93).

³ nascimento, anos de escola, casamento, divórcio, morte etc.

⁴ “Nos informa sobre o processo de escolha dos elementos narrativos e de seu papel na construção da história e do argumento” (SPINK *et al.*, 2013, p. 98).

4) Em 1978, inicia na faculdade, no curso de Psicologia e as pautas raciais são fortalecidas devido a discussões que já acontecia em seu seio familiar.

5) Em 1979- 1980, discriminação vivenciada por um dos pioneiros da organização da associação Cultural Zumbi e assume o concurso da Polícia Civil, assim há a criação da Associação Cultural Zumbi; movimento de lutas pelos direitos de pessoas negras e início de sua militância aos 18 anos.

6) Em 1982, inicia no movimento feminista através do movimento negro e aponta os primeiros órgãos instituídos pelo movimento feminista de Maceió, destacando as pioneiras do feminismo no estado.

7) Em 1984, representa as mulheres negras no Conselho da Mulher. Foi a segunda mulher negra a assumir a representação dessa categoria no Conselho da Mulher.

8) Em 1992, participa da criação do Fórum de Entidades Autônomas de mulheres de Alagoas e passa a representá-lo com Sônia Nascimento junto à Articulação de Mulheres Brasileiras.

9) Em 1993, participa da gestão do sindicato da Polícia Civil como vice presidenta e a partir daí há a identificação com a instituição [Polícia]. Em 1995, é o ano de nascimento do seu filho, Arytan. Logo após assume a presidência do sindicato da Polícia até o final do mandato, lutando pelas pautas da pasta, sendo a primeira mulher no Brasil a dirigir um sindicato da categoria.

10) Em 1996, após o término do mandato sindical, assume seu cargo de Perita Criminal até sua aposentadoria em 2017.

11) Ainda em 1996, recebe o convite da secretária Municipal de Saúde de Maceió para fazer parte do programa municipal DST-AIDS e desenvolve trabalho como técnica preventivo na área de prevenção com mulheres profissionais do sexo feminino e travestis. Ressalta os impactos positivos do trabalho com as travestis que teve como resultado a criação da primeira ong de travestis no Estado o PRÓ- VIDA e tinha como finalidade o fortalecimento da auto estima e a luta por cidadania e direitos humanos das travestis.

12) Em 2000, assume o Comitê de Saúde da Mulher com uma equipe de treze mulheres e através desse trabalho institui a saúde integral da mulher com a saúde da criança do Adolescente, da mulher idosa, o pré-natal humanizado. Maceió foi o município onde nasceu o primeiro bebê de parto humanizado; maternidade Paulo Neto.

13) Em 2002, recebe o convite do governador para assumir o cargo de secretária da Mulher do estado de Alagoas, e é nomeada secretária da primeira Secretaria de estado da Mulher do país; coordenou publicações anuais, sua gestão foi presenteada por Schuma

Schumacher com o livro, Gogó de Ema, além de realizar um apanhado de todas as violências com relação as mulheres e publicar; realizou parcerias importantes com mulheres feministas no país; filia-se ao PSB e posteriormente candidata-se a vice-prefeita. Envolvimento de toda a família e amigos na política.

14) De 2007 a 2014, no período do governo de Teotônio Vilela, faz greves durante a sua gestão no sindicato; ressalta os efeitos positivos de sua gestão e das ações, principalmente greves, que levaram às conquistas.

15) Em 2015, participa da criação da Rede de Mulheres Negras do Nordeste e se organiza com ativistas negras em Maceió da rede de Mulheres Negras de Alagoas; participa da Coalizão Negra por Direitos.

16) Em 2017, além do trabalho como funcionária pública, faz consultorias- formação, oficinas e palestras na área de gênero e relações raciais em Alagoas e fora do Estado.

17) Ainda em 2017, aposenta-se da PC e assume o cargo de psicóloga do município de Teotônio Vilela e coordena o programa de prevenção da gravidez na adolescência APAR.

A discussão, nesta dissertação, desenvolve-se a partir de um processo dialógico estabelecido entre as informações da história de vida de Vanda organizadas no quadro, a literatura científica e as referências, que conduzem os nossos posicionamentos teóricos e metodológicos. O diálogo produzido identifica as controvérsias e acompanha as mudanças que aconteceram cronologicamente, além das rupturas, parcerias e estratégias utilizadas pela interlocutora para relatar sua experiência com o racismo e os recursos disponíveis em sua história de vida para o seu enfrentamento.

Dessa forma, ao longo da análise buscou-se mapear as controvérsias para discutir as questões relacionadas às estratégias que possibilitaram o enfrentamento das situações vivenciadas como racistas. E a partir disso nos aproximamos dos posicionamentos que vão emergindo da sua história de vida.

5 FEMINISMOS

Na condição de movimento político e global, o feminismo apresenta pautas que amplia os direitos de mulheres, adotando um caráter essencialista e universal, pois ao longo da sua história lutou por igualdade de direitos políticos, civis e sociais. Cada momento histórico tem suas especificidades e conseqüentemente as mulheres de cada momento histórico traziam reivindicações diferenciadas. Assim, as denominadas ondas no feminismo surgem para referenciar a multiplicidade de tempos e lugares dos movimentos feministas, caminhando de acordo com o contexto histórico (PINTO, 2010).

Nesse sentido, os movimentos feministas foram identificados por três ondas. A chamada primeira onda inicia na metade do século XIX, na Europa e Estados Unidos, cujo foco era a luta pelo voto no movimento sufragista⁵, luta por direitos políticos, ou seja, uma luta universal pela igualdade política de votar e representar interesses nos parlamentos (PINTO, 2010).

A segunda onda, iniciando no período pós-guerra, trouxe questões mais ligadas à sexualidade e autonomia da mulher no contexto familiar, encorpando pautas culturais, questionando os padrões sociais que eram atribuídos aos homens e às mulheres em suas relações afetivas, de trabalho e na política. Problematizando questões sobre corpo, sexualidade e violências sofridas pelas mulheres em suas relações familiares (MARTINS, 2015).

A grande referência desse período é Simone de Beauvoir⁶ por sua obra “Segundo Sexo”, que causou inquietações com a sua frase: “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Trouxe para o movimento feminista uma reflexão sobre o gênero em sua forma social, compreendendo-o enquanto uma construção a partir das relações sociais. Diante disso, traz o corpo como elemento central, no sentido de propor reflexões sobre os significados sociais de “ser mulher” (MOTTA *et al.*, 2000).

Embora Beauvoir (1980) seja apontada como pioneira desse pensamento a respeito do “ser mulher” enquanto feminismo moderno, o feminismo negro parte de uma categoria (não mulher). Nesse sentido bell hooks⁷ (1981) retoma o discurso de Sojourner Truth⁸, em sua fala:

⁵ O Sufragismo foi um movimento que se caracterizou pelo direito ao voto e pelo estatuto de “sujeito jurídico” ocorrido em vários países democráticos do mundo, entre o fim do século XIX e o início do século XX.

⁶ Simone de Beauvoir (1908-1986) foi escritora, filósofa existencialista e feminista francesa. Era parceira de Jean-Paul Sartre, também filósofo existencialista que com ela e Maurice Merleau-Ponty criou a célebre *Revue Les Temps Modernes* (ÁLVARES, 2014).

⁷ Uma das principais intelectuais dos nossos tempos, a escritora afro-americana nasceu em 1952 em Hopkinsville, no sul dos Estados Unidos. Ela adotou o nome pelo qual é conhecida em homenagem à bisavó, Bell Blair Hooks e faz questão de afirmar que bell hooks deve ser escrito em letra minúscula mesmo, representando seu desejo de dar destaque ao conteúdo de sua escrita e não à sua pessoa.

⁸ *Sojourner Truth* 1797 – (26 de novembro de 1883) foi o nome adotado, a partir de 1843, por Isabella Baumfree, uma abolicionista afro-americana e ativista dos direitos da mulher. Truth nasceu no cativo em Swartekill, Nova York. Seu

“E não sou eu uma mulher?”, fundamenta a base do pensamento feminista negro no contexto escravagista. Diferencia-se do feminismo branco que surge com uma construção individual do pensamento filosófico ilustrado (COLLINS, 2000). Assim, Truth antes mesmo da denominada segunda onda, já questionava e discutia publicamente sobre algo que não é frequentemente creditado a ela ou ao seu recorte temporal (VELASCO, 2019).

A terceira onda, a partir da década de 90, traz maior diversidade ao movimento por meio do conceito de interseccionalidade entre gênero, raça e classe. Nesse momento, reconhece-se que mulheres sofrem diferentes tipos de opressão e, que devem ser identificadas para serem combatidas de forma efetiva (MATOS, 2010).

Dessa maneira, é necessário pensar raça, classe e gênero de forma indissociável para que possamos ter uma “melhor compreensão das relações múltiplas e simultâneas de desigualdade” (KYRILLOS, 2020, p. 01).

A interseccionalidade trata especificamente da forma pela qual o racismo o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Assim, feministas passam a questionar o próprio movimento, por “perceberem que os estudos feministas abordavam as questões que representavam apenas mulheres brancas e de classe média” (MARQUES; XAVIER, 2018, p. 06). Abordam nessa onda a exclusão das demais mulheres que não se enquadravam nessa classe; o movimento passa a considerar raça, classe e a região, destacando demandas e necessidades da realidade de mulheres de classes mais baixas e diferenças raciais (MARTINS, 2015).

As críticas trazidas por algumas feministas vêm no sentido de destacar que o discurso universal é excludente por perceber que as opressões atingem as mulheres de forma diferenciadas, havendo a necessidade de discutir gênero com recorte de raça e classe, levando em consideração suas especificidades.

Nessa terceira onda, o livro “*Problemas de gênero*” de Butler lançado em 1990 é um dos grandes marcos, ao questionar dois pilares do movimento feminista: identidade e categoria mulher. Destaca de maneira incisiva e crítica, que “o sexo e sexualidade são convenções sociais tanto quanto gênero, sendo a identidade e sexualidade construídas a partir da prática, da performatividade e não o oposto” (BUTLER, 2016 apud FREITAS, 2018, p. 229).

Assim, ser mulher é um constructo social, por isso, o movimento feminista precisa ser interseccional, destacando e representando as especificidades que existem no “ser mulher”. O

discurso mais conhecido, “E não sou eu uma mulher?”, foi pronunciado em 1851, na Convenção dos Direitos da Mulher em Akron, Ohio. Foi uma mulher negra, ex escrava que lutava fortemente pela abolição da escravidão e direitos para as mulheres, foi pioneira na luta do feminismo negro.

objetivo da luta não deve ser apenas por uma sociedade sem hierarquia de gênero, mas reconhecendo que para além da opressão de gênero há outras formas de opressão como o racismo, lesbofobia⁹, entre outras. É urgente considerar as intersecções como prioridade de ação (RIBEIRO, 2018a).

Dessa forma, esse capítulo trata sobre início dos feminismos negros e as pautas de reivindicação do movimento. Compreendendo a partir do “sujeito nas ondas do movimento feministas a construção, a desconstrução e a reconstrução – sobre bases instáveis – da categoria “mulheres” nos discursos e práticas do feminismo” (MARTINS, 2015, p. 244).

Portanto, torna-se necessário o aporte teórico e prático que o feminismo negro traz para pensarmos um novo marco civilizatório. O movimento feminista precisa ser interseccional, para que possa dar voz e representação às especificidades existentes no ser mulher (RIBEIRO, 2019).

“A relação entre política e representação é uma das mais significativas no que diz respeito à garantia de direitos para as mulheres e é justamente por isso que é necessário rever e questionar quem são esses sujeitos que o feminismo estaria representando” (RIBEIRO, 2014, n.p.). Pois, “se a universalização não for discutida e combatida, o feminismo continuará excluindo várias mulheres e alimentando estruturas de poder” (RIBEIRO, 2014, n.p.).

5.1 Surgimento dos feminismos negros

O feminismo negro dá início em um contexto de escravidão, sendo assim, surge na tensão entre dois movimentos, abolicionismo e sufrágismo. A combinação entre o sexismo e racismo acabou excluindo as mulheres negras de ambos os movimentos, mas isso não interferiu no posicionamento delas nos momentos que eram necessários e nem no estabelecimento de alianças, seja com os homens das suas próprias raças, com as mulheres brancas na luta pelo movimento sufragista ou com todas as mulheres negras quando o sufrágismo foi inundado pelo racismo (JABARDO, 2012).

A primeira convenção Nacional pelos Direitos das Mulheres em 1851 contou com a participação de Truth, simbolizando solidariedade das mulheres negras com a causa, já que com sua coragem e lucidez “salvou” o encontro de mulheres de “posturas promovidas por homens hostis ao evento”. Ela foi a mulher capaz de responder aos argumentos baseados na supremacia

⁹ A lesbofobia é uma violência direcionada a mulheres lésbicas devido a sua orientação sexual (RIBEIRO *et al.*, 2018).

masculina. Com sua habilidade espontânea enquanto oradora derrubou as afirmações de que a fraqueza feminina era incompatível com o sufrágio (COLLINS, 2000).

O seu discurso convida-nos a ressignificar o termo mulher, pelo qual o sistema hegemônico as exclui e conseqüentemente as coloca em um lugar de “não mulheres”. Além de ser também, uma resposta às atitudes machistas vindas de mulheres brancas que se opuseram, inicialmente, que mulheres negras tivessem voz na convenção, pois acreditavam que tinham “o direito de liderar o movimento feminista e estabelecer as pautas para todas as mulheres do mundo, esse pensamento acabava reforçando o racismo e o sexismo imperialistas de grupos dominadores dos homens ocidentais” (hooks, 2020, p. 76-77). Assim, Truth destaca a intenção de ser livre, não só da opressão racista, mas da dominação sexista.

O movimento sufragista foi apresentado como uma maneira de alcançar os direitos políticos para as mulheres, reivindicando sua participação ativa no âmbito político, entretanto, esse momento foi impregnado pelo racismo, já que as pautas de mulheres negras não eram levadas em consideração, abrindo assim uma lacuna entre feminismo branco/ feminismo negro (VELASCO, 2019).

A maioria das mulheres brancas não havia descolonizado seu pensamento sobre o racismo, sexismo e elitismo em relação aos grupos menos poderosos de mulheres pelo mundo (hooks, 2020). Ao assumirem o lugar de “protetoras naturais do lar e reivindicarem o direito ao voto a partir desse papel, mulheres brancas excluíram mulheres negras do voto, do lugar de mãe e conseqüentemente do ser mulher” (VELASCO, 2019, p. 92).

O primeiro clube de mulheres negras teve início, a partir dos linchamentos e abuso sexual que sofriam. A população negra estava sendo linchada sistematicamente (pelo crime na maioria das vezes, de estupro), “na história dos Estados Unidos a acusação fraudulenta de estupro se destaca como um dos artifícios mais impiedosos criados pelo racismo” (DAVIS, 2016, p. 177- 178).

“Ida Wells¹⁰, jornalista e ativista negra, canalizou suas energias na luta contra os linchamentos sistemáticos que sofria a população negra, depois de constatar que as vítimas não eram culpadas pelos crimes dos quais eram acusadas (na maioria das vezes, pelo ato de estupro)” (VELASCO, 2019, p. 92). Assim, esteve à frente da luta contra esses linchamentos após alguns amigos íntimos serem acusados desse delito e denunciou que essas situações aconteciam para conter a possível ascensão social da população negra no Sul (DAVIS, 2016).

¹⁰ Mulher afro-americana, ativa no movimento pelos direitos das mulheres e sufragista, nasceu no ano de 1862, em Holly Springs, Mississippi. Ela foi pioneira no uso do jornalismo para a luta contra a supremacia branca e a segregação. Documentou o linchamento nos Estados Unidos, mostrando que ele foi muitas vezes usado como uma forma de controle e punição dos negros (VELASCO, 2012, p. 92).

Destacou a lógica na qual se denunciava por estupro, qualquer contato que pudesse existir entre homens negros e mulheres brancas, demonizando as relações raciais entre ambos. E a “maneira como era naturalizada qualquer tipo de estupro de homens brancos a mulheres negras, pontuando a forma como a interseccionalidade entre raça e gênero constrói de maneira desigual a sexualidade da população branca e população negra” (DAVIS, 2016, p. 189).

Assim, a aliança racial entre mulheres e homens negros crescia simultaneamente à lacuna que se abriu no movimento sufragista. “As líderes do sufrágio feminino assumiram uma política segregacionista, obrigando as mulheres negras a caminharem, por exemplo, separadamente nas grandes passeatas realizadas” (VELASCO, 2019, p. 93). Essa convivência constante com o racismo e situações discriminatórias uniu mulheres negras, diferenciando o feminismo negro do feminismo branco de origem burguesa, caminhando com base na sororidade (VELASCO, 2019).

O feminismo negro surge a partir de uma “exclusão, negação, de interrogações”, ao contrário do feminismo branco que podemos considerar que se desenvolveu a partir da afirmação de Simone de Beauvoir (1980) “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Ao qual bell hooks retoma com o discurso de Sojourner Truth: “E não sou eu uma mulher?” (VELASCO, 2019).

As interrogações não são destacadas por acaso, pois passou a ser um sentimento “comum” que indaga de maneira irônica às teorias feministas de gênero surgidas da tese de Simone Beauvoir e que servia para compreender de maneira precária a identidade coletiva (hooks, 1981). O feminismo negro parte de uma categoria: “não mulher”, sendo uma estratégia possível nessa negação o processo de desconstrução. Destruir essa negação que excluiu mulheres negras da categoria de mulheres, e, assim, poder se reconstruir, se repensar, se reconhecer, para que não sejam constituídas enquanto objetos e sim como sujeitos, que devem gerar um novo discurso e uma nova epistemologia (HARAWAY, 1995).

As primeiras contribuições ao feminismo negro “foram publicadas nos Estados Unidos, quando se pensava na construção do que seria denominado a segunda onda do feminismo” (VELASCO, 2019, p. 94). Assim, os eixos teóricos práticos foram se ramificando, em termos de feminismo radical, liberal e socialista, no que foi o movimento feminista na segunda metade do século XX, se fazendo presente nos discursos de feminismo hegemônico.

O grande ponto que as feministas colocaram em questão foi o sistema de gênero/ sexo, sendo um dos pontos de partidas fundamentais da política feminista. Sendo um problema encontrado por Butler essa construção, pois para ela gênero deveria estabelecer interseção a outras categorias, mas acabou entrando no binarismo feminino/masculino que ela contestava.

Além do sexo ter uma presença marcante na categoria do gênero, por isso criticava o fato de alguém nascer do sexo feminino e se tornar obrigatoriamente mulher devido a uma construção cultural do gênero (BUTLER, 2016).

Assim, o sexo feminino, por exemplo, só existe como oposto do gênero masculino, sendo parte do binário que destaca apenas duas possibilidades de representação de gênero. Essa regulamentação binária acaba suprimindo a “multiplicidade subversiva” de uma sexualidade, declarando apenas duas maneiras de vivenciar essa sexualidade. Essa forma de visualizar o gênero acaba sendo apenas mais uma maneira excludente que reafirma uma visão masculina no mundo: “a ‘unidade’ do gênero é o efeito de uma prática reguladora que busca uniformizar a identidade de gênero por via da heterossexualidade compulsória” (BUTLER, 2016, p. 67).

Dessa maneira, o gênero não é um conceito acabado, está sempre em uma constante construção por meio do tempo, ou seja, é um fenômeno inconstante e contextual. Assim, é uma identidade construída no tempo, dando-se por atos compartilhados e constituídos historicamente, sendo uma construção performativa (BUTLER, 1988).

As mulheres negras passaram a questionar o sistema sexo- gênero e de como não foram inseridas na sociedade estadunidense da mesma maneira que mulheres brancas. Denunciando o próprio conceito de gênero, na medida que fazia parte do sistema de relações hierárquicas de raça (hooks, 1984).

As mulheres negras, por exemplo, não eram tratadas como frágeis e castas, pois sempre realizaram trabalhos que exigiam o uso de suas forças. O trabalho que executavam ofuscava a ideia de “natureza feminina” destinadas às mulheres brancas, já que eram forçadas a desempenhar o mesmo trabalho que os homens negros escravizados realizavam. As imagens estereotipadas direcionadas às mulheres negras as distanciavam desse ideal de feminilidade, que acompanha a imagem de “família ideal” (DAVIS, 2016).

E essa imagem estereotipada feminina “demonstrava-se a desestruturação das famílias negras e se explicava, a partir dela, os índices de pobreza, de marginalidade e inclusive de violência entre as comunidades negras” (VELASCO, 2012, p. 14).

Destacando o racismo como centro na desigualdade das mulheres negras, o feminismo negro estadunidense abriu porta para outros feminismos. O feminismo negro britânico, cujo vínculo teórico com as diásporas negras, foi construído sob um discurso identitário frente às posições da esquerda e ao feminismo branco (VELASCO, 2012).

Nesse sentido, Hazel Carby e Pratibha Parmar¹¹ centraram seus estudos através do grupo “Raça e Política do Center for Contemporary Cultural Studies (CCCS) da Universidade de Birmingham”. A partir disso desenvolveram produções que incorporou o gênero e sua intersecção com raça. O projeto de estudos culturais, que fazia parte deste grupo, tinha como intuito produzir uma história política, fazendo isso de forma particular e contextualizada (VELASCO, 2019, p. 104).

Buscaram, dessa forma, evitar o universalismo que acabava contribuindo com práticas de conhecimento dominantes e que construía relações de dominação, desigualdade e sofrimento. Contribuíram para uma transformação política do feminismo, destacando as lacunas existentes no feminismo hegemônico (VELASCO, 2019).

Hazel Carby e Pratibha Parmar buscaram contribuir para uma transformação política do feminismo, posicionando-se junto às feministas negras que em ambos os lados do Atlântico, partindo de diferentes posições e diferentes estratégias, reivindicavam que a existência do racismo fosse reconhecida como um traço estrutural de suas relações com as feministas brancas (VELASCO, 2019).

O desejo de encontrar produções que tragam experiências negras é reflexo dos grupos que foram oprimidos e explorados em uma cultura de dominação que dificulta, à população negra, o poder de definir sua própria realidade ou transformar as estruturas opressivas. Para isso, fazem o seu próprio trabalho se quiserem conhecer mais a respeito de suas experiências (hooks, 1984).

Foi preciso sair da lógica dos discursos de dominação e se afastar de formas que já foram produzidas e “cristalizadas”. Para o feminismo negro, a geração de pensamento passava por um exercício de desconstrução e reconstrução. Construir uma epistemologia a partir de uma experiência vivida e não de uma posição teórica objetiva dá a possibilidade de que o conhecimento seja realizado de maneira dialógica (COLLINS, 1990).

¹¹ Feministas negras que desenvolveram epistemologias e práticas políticas responsáveis por sua própria situação: nem todas as mulheres sofrem a mesma opressão; gênero, classe, "raça" e sexualidade são eixos articulados de opressão; existe opressão entre as mulheres.

5.2 Feminismo negro no contexto brasileiro

O histórico e o contexto atual da mulher negra no Brasil, constitui um panorama do qual não se pode falar em desenvolvimento amplo e igualitário. Desde a vinda de africanas (os) escravizadas (os), o avanço de crescimento econômico e político sustenta-se nos prejuízos sociais da classe com menos bens e serviços da sociedade, que são marcadas por discriminação, exploração, exclusão social, entre outras (DAVIS, 2016).

Cada momento traz as suas especificidades, considerando que países/regiões têm lutas sociais e discriminações que apresentam suas singularidades. No Brasil, há três momentos que marcam o feminismo brasileiro: a luta pelo voto no movimento sufragista e por igualdade política, sendo organizada por mulheres de classes altas e médias. O segundo momento surge no período militar de 1970, no qual havia uma frustração e desvalorização da cidadania no país, além da opressão patriarcal, o movimento feminista discute sua sexualidade, relações de poder, tirando o foco da igualdade para leis e costumes (MATOS, 2010).

Este segundo momento organiza-se, portanto, como resistência à ditadura militar e luta contra a “hegemonia masculina, a violência sexual e pelo direito ao exercício do prazer” (MATOS, 2010, p. 68). O terceiro momento caracteriza-se com a participação das mulheres no processo de redemocratização e construção sobre os processos de institucionalização e discussão das diferenças entre as próprias mulheres. Marcando assim, o início de uma aproximação “cuidadosa” com o Estado (MATOS, 2010).

Entretanto, além desses três momentos, MATOS (2010) considera a possibilidade da existência de um quarto momento do feminismo no Brasil, através da institucionalização das demandas das mulheres e feminismo por meio do recorte racial, sexual, etário e a busca pelo poder político, inclusive parlamentar. Destacando que isso se trata de uma proposta pessoal de acréscimo de um novo momento a periodização já consensuada em três momentos dos feminismos no Brasil. Ao levar em conta, que os movimentos feministas contemporâneos fazem parte desse quarto momento caracterizado pela diversidade dos feminismos, mobilização dos meios de comunicação digital, consideração da interseccionalidade.

A história do feminismo no Brasil e em outros países é contada por meio dessas ondas, o que levanta críticas por considerá-las enquanto um fenômeno que homogeneíza suas características em um grande e único movimento histórico. Assim, predomina a história de um feminismo hegemônico que são calcadas apenas nas experiências europeias e que não consolida mulheres em diversas partes do mundo que se organizaram politicamente, sendo elas mulheres

negras, indígenas, trans, lésbicas, pobres, e tantas outras categorias que as compõem (PEREZ; RICOLDI, 2018).

O movimento feminista branco hegemônico, liderado por feministas brancas privilegiadas socialmente não incluía pautas que fossem além da concepção que elas tinham acerca do que era ser mulher, sendo um dos principais fatores para que mulheres negras reivindicassem “reformulações nos debates e agendas, quanto na reflexão sobre o próprio privilégio racial dentro do feminismo hegemônico brasileiro” (COSTA, 2019, p. 03).

A história de ascensão social do negro brasileiro é sobre a história de assimilação aos padrões brancos de relações sociais. É a história da submissão ideológica de um estoque racial em presença de outro que se faz hegemônico. É a história de uma identidade renunciada (SOUZA, 1983).

A história das mulheres negras sempre foi contada de forma a objetificá-las. No Brasil, somos levados a acreditar em um ideal meritocrático que gera desigualdades significativas com uma ideologia político- jurídica que promete equidade e uma vida mais digna. No entanto, “o capitalismo, racismo e patriarcado acabam se articulando e se firmando em um só nó”, acirrando as desigualdades (PAIVA; CAMPOS, 2018, p. 02).

Apoiando-me nas afirmações de Lélia Gonzalez (1983), ainda tão atual, ao expressar que enquanto mulheres negras, sentimos a necessidade de aprofundar nessa reflexão acerca da trajetória de resistência das mulheres ao patriarcado e a descolonização do saber e da produção de conhecimento, ao invés de continuarmos na reprodução e repetição dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. A luta pela igualdade racial na sociedade brasileira passou por várias fases, nas quais a mulher negra vivenciou formas de discriminações complexas.

Os sistemas coloniais de dominação constituíram, ao longo do tempo padrões de poder baseados em processos de hierarquização, que se reconfiguram e se mantêm nas relações econômicas e sociais dos povos colonizados. “Isso se dá por meio de ideologias, padrões discursivos e desigualdades materiais que se estendem para além de momentos históricos específicos dos processos formais de colonização, no que se tem chamado de ‘colonialidade’” (MIGNOLO, 2017; QUIJANO, 2005 apud SANTOS, 2020, p. 417).

A violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra mulheres negras e indígenas e a miscigenação que disso resultou, faz parte da origem de todas as construções da nossa identidade nacional, instalando o mito da democracia racial e trazendo às mulheres negras particularidades (CARNEIRO, 2003). Por isso não podemos destacar sua condição, sem antes relatar sua historicidade e voltar às dimensões que a escravização trouxe e impôs ao país

(PAIVA; CAMPOS, 2018). “A herança da escravidão resultou na posição subalterna da população negra e que articulada às desigualdades de gênero, torna ainda mais subalterna a posição da mulher negra na sociedade” (PAIVA; CAMPOS, 2018, p. 02).

Os movimentos sociais destacavam como bandeira de luta, o fim da desigualdade social e plena cidadania, mas não atendiam às especificidades da mulher negra. “Após o golpe militar de 1964, os movimentos sociais no Brasil tiveram suas ações suspensas. Em meados dos anos 1970 os movimentos feminista e negro voltaram às suas atividades” (SANTOS, 2016, p. 30) devido à movimentação da sociedade civil organizada contra a ditadura e por reivindicarem a volta da democracia. No entanto, a ditadura militar ainda estava vigente.

Nesse contexto, as mulheres negras passaram a argumentar que suas especificidades não vinham sendo consideradas, tanto pelo movimento de mulheres, que partiam do princípio de que todas elas seriam iguais, considerando suas características biológicas, ocultando a variável “ser mulher”, quanto pelo ativismo negro que partia do princípio da igualdade racial como ponto mais importante em suas pautas, desconsiderando as opressões sofridas por cada um dos sexos e ocultando o gênero (SANTOS, 2016).

Diante disso, elas não se sentiam representadas pelos movimentos, já que não havia uma movimentação política que considerasse e articulasse a problemática do racismo/ sexismo como uma bandeira de luta. Gonzalez (2020) lança duras críticas ao mito da democracia racial que servia apenas para contribuir com a invisibilidade da mulher negra na nossa sociedade.

A articulação entre racismo e sexismo trouxe para a vida da mulher negra, particularmente, efeitos violentos, por naturalizar situações de violência e desigualdade contra essa população. “O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira” (GONZALEZ, 1983, p. 224).

Mesmo após abolição, as mulheres negras têm sido destinadas a realizar atividades de menor valoração social, pois esse período guardou para elas condições de vida e sobrevivência extremamente precárias. Por não terem nenhuma ou pouca escolaridade acabavam desenvolvendo atividades em casas de família, nas ruas e sendo “objetos” de perseguição policial (GOIS, 2008).

Com o desenvolvimento e modernização das indústrias, houve ampliação de diferentes setores industriais, indicando uma crescente urbanização. Devido a essa ampliação, as indústrias têxteis entraram em um processo de declínio que levou o fechamento de muitas fábricas. Nesse sentido a mulher negra acabou perdendo seu lugar enquanto operária e passou a entrar em outros setores, como de roupas e alimentos, novas perspectivas se abriram nos

setores burocráticos de nível mais baixo. No entanto, o processo de seleção racial também atuava nesses setores, no qual a operária branca e “morena” tinha possibilidades melhores que as mulheres negras (GONZALEZ, 2020).

De qualquer modo novas possibilidades surgiram nos setores burocráticos de nível mais baixo, como serviços em escritórios, bancos, mas esses cargos exigiam níveis de qualificação que a mulher negra não possuía. E essas situações reafirmam a discriminação já que nessas seleções exigem educação e “boa aparência”. E nos dias de hoje, por maior que seja a capacidade que ela demonstre, ainda sim é preterida (GONZALEZ, 2020).

Mesmo que a partir de 1950 tenha acontecido um aumento das classes médias, em relação à população negra, “isso significou a deterioração de suas possibilidades quanto ao mercado de trabalho. Excluída da participação no processo de desenvolvimento, ficou relegada à condição de massa marginal, mergulhada na pobreza, na fome crônica, no desamparo” (GONZALEZ, 2020, p. 34).

“Se os afro-brasileiros em geral ocupam uma posição de inferioridade em relação aos brancos no mercado de trabalho, a análise dessa questão tomando o sexo como recorte dá uma nova dramaticidade ao problema” (GOIS, 2008, p. 744). Isso ocorre pelo fato de a mulher negra ocupar as posições mais baixas em questões de assalariamento, seja comparado a homens brancos e negros ou às mulheres brancas.

O que podemos observar no Brasil é a “instalação” de um racismo cultural que considera enquanto algo “natural”, o fato da mulher negra desempenhar papéis desvalorizados em termos de população economicamente ativa. A empregada doméstica tem sofrido um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da “inferioridade”, da subordinação. A falta de perspectiva, que elas vivem na nossa sociedade quanto às possibilidades, faz com que “ela se volte para a prestação de serviços domésticos, o que a coloca numa situação de sujeição, de dependência das famílias de classe média branca” (GONZALEZ, 2020, p. 35).

Em relação ao acesso ao mercado de trabalho, pessoas negras encontram muito mais dificuldades do que pessoas brancas e essas dificuldades destaca-se ainda mais quando se trata de ocupação de cargos de gerenciamento e chefia. Esses aspectos consequentemente influenciam nas diferenças entre pessoas negras e brancas em outro indicador socioeconômico que é as condições de moradia e a posse de bens que poderiam assegurar um maior nível de conforto (GOIS, 2008).

Ao longo dos últimos anos, as mulheres vêm mantendo uma média de estudos maior que a dos homens, no entanto, quando introduzimos a variável raça, pode-se observar distinções significativas entre as mulheres de grupos raciais brasileiros. Sobre o acesso ao ensino superior,

as mulheres negras encontram-se em uma posição inferior se comparada às mulheres brancas, pois essas diferenças não são apenas quantitativas, dizem respeito “às posições que umas e outras ocupam na hierarquia universitária, à trajetória de ingresso e às condições sob as quais ali permanecem” (GOIS, 2008, p. 745).

Os obstáculos e dificuldades, que fazem parte da permanência no ensino superior, atingem mulheres brancas e negras de maneiras distintas, pois estas dispõem de menos recursos financeiros para arcar com as despesas que o ensino superior exige. Diante disso, as maneiras de enfrentar tais dificuldades também são desenvolvidas de formas diferentes, por exemplo, precisam “associar os estudos ao trabalho, geralmente como já vinham realizando em diferentes níveis educacionais, considerando as implicações negativas que isso traz” (GOIS, 2008, p. 764).

Nos textos feministas no Brasil, há um discurso em comum às mulheres que estão em camadas mais pobres e em grupos oprimidos. O que desconsidera as especificidades da mulher negra, já que as feministas produzem discursos, nos quais não reconhecem as desigualdades raciais e ainda que percebam que há diferenças quanto ao sexo na reprodução das desigualdades, não percebem como as diferenças raciais são trabalhadas na perspectiva da recriação constante de mecanismos de discriminação racial (GOIS, 2008). Nesse sentido, “o atraso político dos movimentos feministas brasileiros é flagrante, na medida em que são liderados por mulheres brancas de classe média” (GONZALEZ, 1979, p. 15).

Durante encontros e congressos de feministas brancas, as mulheres negras eram consideradas por elas enquanto “agressivas ou não eram consideradas feministas, por sempre pontuar que o racismo precisava ser pauta das lutas feministas” (GONZALEZ, 2020, p. 94). Já que tal como o sexismo, era uma forma de opressão e exploração.

Quando as feministas se reuniram para comemorar o “Ano internacional da mulher na Associação Brasileira de Imprensa”, as mulheres negras marcaram presença para denunciar a superexploração e opressão que elas vivenciavam. Mas, dadas as muitas tendências dentro do movimento negro, esse grupo se separou e suas integrantes deram continuidade em outras organizações que foram surgindo, mas apenas como ativistas do movimento negro (GONZALEZ, 2020).

Com o passar dos anos houve a criação de outros grupos de mulheres negras “Aqualtune (1979), Luísa Mahin (1980), Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro (1982) — que, apesar dos esforços de suas integrantes, acabaram sendo absorvidos pelo movimento negro como um todo, assim como aquele grupo inicial” (GONZALEZ, 2020, p. 93). Dessa maneira, as mulheres acabavam voltando à condição de ativistas negras que em várias organizações denunciavam

práticas machistas dos irmãos que muitas vezes as excluía de decisões importantes para designar tarefas mais femininas (GONZALEZ, 2020).

Assim, elas enfrentaram no próprio movimento feminista, contradições e desigualdades, que o racismo e discriminação racial, produzem entre mulheres brancas e negras no Brasil. O mesmo pode se dizer em relação aos movimentos negros, no qual as mulheres negras tiveram que exigir que a dimensão de gênero fosse instituída como um elemento estruturante das desigualdades sociais na agenda desses movimentos negros brasileiros. Assim, no próprio movimento negro brasileiro entre as décadas de 70 e 80 ainda predominava os posicionamentos dos homens, destacando o machismo no seu interior. “As mulheres, em geral, tinham pouco poder de decisão. O Movimento Negro Unificado (MNU), uma das principais organizações daquele período, não entendia que as bandeiras delas deveriam ser defendidas pelo coletivo” (MALTA; OLIVEIRA, 2016, p. 58).

Diante disso tudo, gradativamente, elas passaram a reivindicar que suas questões fossem levadas para instâncias da decisão. “Após muita luta e mobilização, em 1982, as demandas das mulheres negras foram debatidas no congresso do MNU e inseridas nos documentos aprovados, consolidando-se no seu Programa de Ação” (MALTA; OLIVEIRA, 2016, p. 59).

Todo esse processo permitiu que elas entendessem a importância de produzir e reivindicar os espaços de poder (MALTA; OLIVEIRA, 2016). E conseqüentemente os movimentos feministas negros têm denunciado e buscado combater as opressões de raça, gênero, contribuindo para uma ação política feminista antirracista no cenário nacional. A articulação entre essas categorias enegrece as reivindicações de mulheres, tornando-as mais representativas “do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro” (CARNEIRO, 2003, p. 120).

Há a necessidade, portanto, de enegrecer o feminismo, no qual Carneiro (2011) utiliza essa expressão para destacar o percurso realizado por mulheres negras no interior do movimento feminista. Assim tem como objetivo ressaltar que o feminismo brasileiro assume uma identidade branca e ocidental, além de destacar a insuficiência teórica e prática política para “integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais” (CARNEIRO, 2003, p. 118).

A partir dessa expressão, foi possível “engendrar uma agenda específica que combateu, as desigualdades de gênero e intragênero” (CARNEIRO, 2003, p. 118) afirmando e viabilizando uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher negra e em geral pobre.

Esse processo possibilitou que surgissem diversas organizações de mulheres negras, desde a década de 80 e que atualmente se espalham por todo território nacional. “De fóruns específicos de discussões programáticas e instâncias nacionais organizativas das mulheres negras no país” (CARNEIRO, 2003, p. 120). A partir disso, os temas que compõem a agenda feminista são analisados minuciosamente pelas mulheres negras a respeito dos efeitos do racismo e da discriminação racial (CARNEIRO, 2003).

Os feminismos negros contemporâneos têm marcado presença em espaços digitais, especificamente nas redes sociais, utilizando-as enquanto “instrumento de luta política e de formação cidadã, por meio da produção e da circulação de conteúdos de militância” (SILVA, 2020, p. 408). Através do uso desse instrumento é possível diversificar a intervenção social no embate histórico, no sentido de superar as inúmeras violências ao qual a mulher negra é submetida na nossa sociedade brasileira (SILVA, 2020).

No atual contexto brasileiro, o ativismo digital permite impactar significativamente os movimentos sociais e os grupos de militância, pois ampliam e até mesmo criam espaços de participação social, conduzindo indivíduos e grupos a atuarem enquanto agentes de transformação. “Nesse sentido, as ferramentas digitais de comunicação e as formas de interação que elas inauguram, ou diversificam, oferecem aos novos feminismos possibilidades de expansão de suas narrativas contestatórias em relação aos discursos dominantes” (SILVA, 2020, p. 412).

Essas práticas deram início ainda nos anos 90, quando os coletivos feministas se lançaram no ciberespaço, estreando “o ciberfeminismo que tinha como intuito articulação estética, política e de comunicação para a emancipação e o empoderamento de mulheres” (HARAWAY, 2009; NATANSOHN, 2013 apud SANTOS, 2020, p. 412). Nesse sentido, esses espaços constituem uma alta possibilidade de reflexividade social, “isso porque seus modos de agência põem em suspeição narrativas sociais cristalizadas e posições de sujeito tradicionalmente legitimadas” (SANTOS, 2020, p. 408).

A redes sociais, nesse sentido, tem funcionado enquanto uma ferramenta que possibilita algum tipo de mudança na vida das pessoas e organizações envolvidas, seja para o compartilhamento de situações comuns, defesa em situações não favoráveis, ou a colaboração em propósitos coletivos.

As interações de indivíduos em suas relações cotidianas – familiares, comunitárias, em círculos de amigos, trabalho, estudo, militância etc. – caracterizam as redes sociais informais, que surgem sob as demandas das subjetividades, das necessidades e das intensidades (AGUIAR, 2008 apud MALTA; OLIVEIRA, 2016, p. 61).

Esses fenômenos estão acontecendo no interior do Feminismo Negro devido à inserção de mulheres e jovens negras nessas ações proporcionadas pelo ciberespaço. Assim, a criação de sites e blogs tem contribuído com uma formação política que descentraliza o conhecimento e que incentiva essas mulheres a narrarem suas histórias e conseqüentemente ajudar outras mulheres que vivem situações de opressão (MALTA; OLIVEIRA, 2016).

É a partir desse espaço virtual que tem sido criado lugares de resistência, assim “as relações de poder e a luta antirracista têm acontecido em um embate muito mais verticalizado e explícito que nos ambientes não virtuais” (MALTA; OLIVEIRA, 2016, p. 65).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento. Esse ato de fala, de “erguer a voz”, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito – a voz liberta (hooks, 2019, p. 38-39).

Esse trabalho não finda aqui, pois me trouxe inquietações e questionamentos que vão me acompanhar por um bom tempo. O processo de descolonização do pensamento e conscientização racial tornaram-se importantes consequências nesse caminho traçado durante a pesquisa. Autodefinir-me foi complexo e exigiu muitas desconstruções. Um aspecto inicial e relevante nesse processo é quando começamos a pensar de forma crítica sobre quem somos, a nossa identidade diante de circunstâncias políticas (hooks, 2013).

A pesquisa acadêmica colocou-me neste lugar de construção identitária, que implica em mudanças na minha forma de pensar e também em ações e práticas do cotidiano. A experiência vivida por meio do encontro com a história de Vanda me fez refletir sobre a força do pertencimento fortalecida e mobilizada pela identidade e relação com o seu espaço, seu território com seus companheiros, no qual afloram uma identidade negra que está em um processo constante de construção.

O encontro com intelectuais negras acompanhou-me e permitiu que eu não me sentisse sozinha e perdida nessa caminhada, embora o medo de não dar conta dessa infinidade de contribuições estivesse ali, lado a lado comigo. Quando falo de intelectuais negras, me refiro a todas as mulheres negras que de alguma maneira contribuíram para construir o pensamento feminista negro (COLLINS, 2019a). Assim, o referencial teórico foi construído tomando como base a contribuição de pessoas negras que me ajudaram a produzir esta escrita e consequentemente questionar, refletir sobre o caráter hegemônico da ciência.

Ser negro na nossa sociedade é lidar com uma “história de quase quinhentos anos de resistência a dor ao sofrimento físico e moral, à sensação de não existir, à prática de ainda não pertencer a uma sociedade na qual consagrou tudo o que possuía, oferecendo ainda hoje o resto de si mesmo” (NASCIMENTO, 2006, p. 76).

Vivemos em uma sociedade na qual naturaliza-se uma história única sobre indivíduos ou grupos de pessoas que por serem repetidas acabam por parecer definitivas e acaba descredibilizando as minorias em detrimento de um só povo (ADICHIE, 2019).

Portanto, as contribuições deste trabalho tornam-se um despertar para uma produção epistemológica feminista negra na busca por uma consciência crítica enquanto construção coletiva. Além disso, contrapõe-se à visão eurocêntrica e equivocada da sociedade sobre as mulheres negras ao posicionar-se contra o racismo e sexismo na busca pela igualdade de direitos e oportunidades.

O meu encontro com Vanda Menezes e a possibilidade de conhecer a sua trajetória de vida me fez sentir acompanhada no caminho de produzir a pesquisa, de ouvir e escrever a sua história, aceitando os desafios e aprendendo com ela. O que oportunizou uma construção coletiva de aprendizagem, especialmente, ao compartilhar suas falas ao longo deste trabalho.

A insegurança na escrita, em conhecer a história da interlocutora, o desafio de aprender a escrever compartilhando o texto com a interlocutora, fez parte do caminho. No entanto, esses nós foram sendo desatados no percurso, ampliando minha compreensão e apostando em uma escrita política, possibilitando articular as vivências pessoais e singulares. Portanto, uma produção que, não separe vida e escrita (ANZALDÚA, 2019).

Através desse trabalho foi possível identificar as redes de apoio de Vanda e compreender como elas possibilitaram construir estratégias de enfrentamento para lidar com situações tidas como racistas. Por meio do seu relato pude reconhecer o impacto dessa rede de apoio na sua vida – a forma como a família, os companheiros de luta dos movimentos, a religião e o trabalho ajudaram-na a revolucionar os lugares pelos quais passou.

A história das mulheres negras no nosso país, não é apenas uma história que reproduz relações sociais de desigualdades, preconceito, discriminação racial e de gênero. São histórias marcadas pelo desenvolvimento de estratégias para reexistirem, se reinventarem e sobreviverem a um dia de cada vez. Vanda quando relata a sua trajetória, demonstra a sua luta por um mundo mais justo e igualitário, a luta por espaço para que as questões da população negra sejam ouvidas, consideradas, debatidas e transformadas.

Por fim, entendo que esse trabalho abre espaço para que novas conversações, histórias, teorizações e caminhos sejam acessados e apresentados, para que possamos, dessa maneira, romper com esse sistema de apagamento e invisibilidade. Esta dissertação conectou-me a outras pessoas e histórias e me colocou em lugar de identificação racial e ao mesmo tempo de conflitos.

Possibilitou-me acolher os meus medos e inseguranças e entender que a trajetória de uma pesquisa relacional acolhe esses sentimentos e aflora a busca incessante por conhecimento.

Destaco as estratégias de enfrentamento da interlocutora, suas histórias e seus encontros enquanto ato político, já que é necessário que essas vozes e escritas que não estão “enquadradas” no discurso hegemônico venham à tona para que àquelas que não conseguem chegar a esses espaços sejam representadas. “O contra discurso deve estar presente e localizado para que haja uma ação coletiva e organizada dos grupos subalternizados” (SANTOS, 2012, p. 504).

Ainda há muito o que ser construído, outras conversações a serem incorporadas nesse espaço que possam ressoar, serem ouvidas, consideradas, compreendidas, afirmadas e legitimadas pela sociedade. “A mulher negra constrói o contra discurso pelo seu ponto de vista ao mesmo tempo em que se refazem no tempo e no espaço” (NASCIMENTO, 2008, p. 60). A escrita realizada junto a uma mulher negra é um instrumento de resistência e sobrevivência reconhecendo o valor simbólico que sua história tem a nos dizer, a nos mostrar.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. Tradução: Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALAVAREZ, Sonia E. *et al.* Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. **Estudos Feministas**, v. 11, n. 2, 2003.
- ALMEIDA, Jéssica Teles; MACHADO, Raquel Cavalcanti Ramos. Gênero, Raça e Participação Política da Mulher Negra: da Visibilização à Inclusão. **RDP**, v. 18, n. 98, p. 389-413, 2021.
- ALVES, Mirian Cristiane; SILVA, Maria Leonor. Escrivivência: experiências vividas, pensadas, sentidas, doídas, marcadas pelo racismo ao longo de histórias de vida. *In*: ALVES, Míriam Cristiane; ALVES, Alcione Corrêa. **Redes Intelectuais: epistemologias e metodologias negras, descoloniais e antirracistas**. Porto Alegre: Rede Unida, 2021.
- ANZALDÚA, Gloria E. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, 2000.
- ANZALDÚA, Gloria E. Speaking in tongues: a letter to Third World women writers. *In*: MORAGA, Cherríe; ANZALDÚA, Gloria E. (Orgs.). **This bridge called my back: writings by radical women of color**. New York: Kitchen Table, 1981. p. 165-74.
- ANZALDÚA, Glória. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *In*: PEDROSA, Adriano; CARNEIRO, Amanda; MESQUITA, André (org.). **Histórias das mulheres, histórias feministas**. v. 2. São Paulo: MASP, 2019.
- ARANSIOLA, Tope Jane. Mulher negra africana: uma narrativa autobiográfica das experiências de uma nigeriana e suas relações com o feminismo negro. **Travessias**, Cascavel, v. 13, n. 3, p. 123–135, 2019.
- BANDEIRA, Charlene da costa *et al.* O coletivo Macanudos na vida das estudantes: outras narrativas sobre nós, a existência. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**, v. 1, n. 2, p. 29-49, 2020. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/reed>ISSN: 2675-6889. Acesso em: 08 ago. 2021.
- BANDEIRA, Charlene da costa. O coletivo Macanudos na vida das estudantes: outras narrativas sobre nós, a existência. *In*: ALVES, Míriam Cristiane; ALVES, Alcione Corrêa. **Redes Intelectuais: epistemologias e metodologias negras, descoloniais e antirracistas**. Porto Alegre: Rede Unida, 2021.
- BARBOSA, Drik; RASHID. **Sobre nós**. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yt9PVNbUNaU&ab_channel=DrikBarbosa. Acesso em: 04 jan. 2021.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**, v. 1, n. 2. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BORGES, Eloisa; RODRIGUES, Rosimar Conceição; SANTOS, Everton Costa; CAMPOS, Laís Aparecida dos Santos. “Esse lugar de mulher negra” estudo exploratório com mulheres negras sobre estratégias de enfrentamento ao racismo e à opressão. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 13, n. 41, p. 74-89, 2020.

BOSI, E. **Memória e Sociedade**: Lembranças de Velhos. São Paulo: Edusp, 1987.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BUTLER, Judith. Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory. **Theatre Journal**, v. 40, n. 4, 1988.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. **Dossiê Feminismo e Antirracismo, Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, v. 16, 2015.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas**: feminismos na perspectiva das mulheres negras brasileiras. 2012. 383 f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia, 2012.

CARDOSO, Cláudia Pons. História das mulheres negras e pensamento feminista negro: algumas reflexões. *In*: Congresso Internacional Fazendo Gênero, 2008, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis, 2008. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg8/sts/ST69/Claudia_Pons_Cardoso_69.pdf. Acesso em: 07 jul. 2021.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Portal Geledés**, 06 mar. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 13 ago. 2021.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, v. 17, n. 49, 2003.

CASTRO, Ana Catarine Guimarães. Roda das Pretas (de nós, para nós): produzindo saúde decolonial. *In*: ALVES, Míriam Cristiane; ALVES, Alcione Corrêa. **Redes Intelectuais**: epistemologias e metodologias negras, descoloniais e antirracistas. Porto Alegre: Rede Unida, 2021.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista portuguesa de educação**, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. O que é um nome? Mulherismo, feminismo negro e além disso. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 51, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000300510&lng=en&nrm=iso.

COLLINS, Patricia Hill. Gender, Black Feminism and Black Political Economy. **Annals of the american academy of political and social science**, n. 568, p. 41-53, 2000.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**. Boitempo, 1990. Ed 1º.

COLLINS, Patricia. **Epistemologias negras feministas**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019a.

COLLINS, Patricia Hill. O que é um nome? Mulherismo, feminismo negro e além disso. Cadernos Pagu, Campinas, n. 51, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000300510&lng=en&nrm=iso. 2019.

CONCEIÇÃO, Evaristo. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

CONTINS, Marcia. **Lideranças negras**. Rio de Janeiro: Aeroplano; FAPERJ, 2005.

CORDEIRO, M. P.; CURADO, J.; PEDROSA, C. Pesquisando redes heterogêneas: contribuições da teoria ator rede. *In*: SPINK, M. J. P. *et al.* (Org.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

CORDEIRO, M. P. *et al.* Como pensamos ética em pesquisa. *In*: SPINK, M. J. P. *et al.* (Org.). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. 1.ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

COSTA, Sandra Santana. Trajetória do feminismo negro no brasil: movimentos e ações políticas. *In*: XIII Encontro Estadual De História – História e mídias: Narrativas em disputa, 2019, on-line. **Anais [...]**, on-line, 2019. Acesso em: 12 jul. 2021.

COSTA, Cristiane. Rede. *In*: HOLLANDA, H. B. (Org.) **Explosão Feminista: Arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Cia das Letras, 2018, p. 43-60.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Feministas**, v.10, n.1, p.171-18, 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. **Portal Geledés**, 12 jul. 2011. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-umanova-utopia-angela-davis/#gs.rNTsonI.SeMGh6c>. Acesso em: 07 set. 2021.

DAVIS, A. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DE CAMPOS, Pedro Henrique Oliveira; DE SOUZA, Rita de Cássia. Pesquisa relacional: aspectos teóricos e metodológicos. **Atos de Pesquisa em Educação**, [S.l.], v. 16, 2021. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/8665>. Acesso em: 21 jul. 2021.

DENZIN, N. K; LINCOLN, I. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. *In*: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane (Orgs.). **Mulheres no mundo: etnia, marginalidade, diáspora**. João Pessoa: Idéia/Editora Universitária - UFPB, 2005.

FAUSTINO, Carmen; SOUZA, Elizandra. **Pretextos de mulheres negras**. São Paulo: Mjiba, 2013.

FREITAS, Marcel de Almeida. Performances e problemas de gênero, Judith Butler. **GÊNERO**, v. 18, n. 2, p. 228-234, 2018.

FREITAS, Joana Maria Borges. Habitando o próprio corpo: uma identidade em processo. *In*: ALVES, Míriam Cristiane; ALVES, Alcione Corrêa. **Redes Intelectuais: epistemologias e metodologias negras, descoloniais e antirracistas**. Porto Alegre: Rede Unida, 2021.

FREITAS, Viviane Gonçalves. **Intelectuais negras** [recurso eletrônico]: vozes que ressoam. Belo Horizonte, MG: PPGCOM UFMG, 2019.

GALINDO, Dolores; RODRIGUES, Renata Vilela. Incidentes críticos, um fio de ariadne na análise documental. *In*: SPINK, Mary Jane P. *et al.* (Orgs.) **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. 1.ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

GERGEN, Kenneth J. O movimento construcionista social na psicologia moderna. **American Psychologist**, v. 40, n. 3, p. 266–275, 1985. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.40.3.266>.

GÓIS, João Bosco. Quando raça conta: um estudo de diferenças entre mulheres de diferenças entre mulheres brancas e negras no acesso e brancas e negras no acesso e permanência no ensino superior. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **RBPAAE**, v. 27, n. 1, p. 109-121, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/19971/11602>. Acesso em: 15 ago. 2021.

GOMES, Thais Bonato. Racismo e colonialidade no ambiente prisional brasileiro. *In*: ALVES, Míriam Cristiane; ALVES, Alcione Corrêa. **Redes Intelectuais: epistemologias e metodologias negras, descoloniais e antirracistas**. 1. ed. Porto Alegre: Rede Unida, 2021.

GOMES, Rayane Cristina de Andrade. De “tia-do-café” à parlamentar: a sub-representação das mulheres negras e a reforma política. **Revista sociais & humanas**, v. 31, n. 1, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **A juventude negra brasileira e a questão do desemprego**. Pittsburgh: 28 de abril de 1979.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: SILVA, L. A. *et al.* **Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos: Ciências Sociais Hoje**. ANPOCS, Brasília, n. 2, 1983, p. 223-244.

GONZALEZ, Lélia. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. **Raça e Classe**, Brasília, ano 2, n. 5, 1988.

GONZALEZ, Lelia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lelia. **Retratos do Brasil Negro**. Alez Ratts, Flávia Rios. São Paulo: Selo Negro, 2010.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo Afro-latino-Americano**: Ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos pagu**, v. 5, 1995.

hooks, bell. **Ain't I a Woman**: Black women and Feminism. London, 1 ed. 1981.

hooks, bell. **“E eu não sou uma mulher?”**: Mulheres negras e feminismo. 2 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

hooks, bell. **Feminist Theory**: from margin to center. Routledge: 1984.

hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Rev. Bras. Ciênc. Polít. Brasília**, n. 16, p. 193-210, 2015.

hooks, bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. Tradução: Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

IBÁÑEZ, T. O giro linguístico. In: INIGUEZ, L. **Manual de análise do discurso**. Petrópolis: Vozes, 2004.

IÑIGUEZ, L. La psicología social en la encrucijada postconstruccionista: historicidad, subjetividad, performatividad, acción [Trabalho completo]. In: XII Encontro Nacional da ABRAPSO, 2003, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: ABRAPSO, 2003.

JABARDO, Mercedes (ed). **Feminismos Negros uma Antologia**. Espanha: Traficantes de sueños mapas, 2012.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2008. 244 p.

KILOMBA, Grada. **Descolonizando o conhecimento**: uma palestra-performance de Grada Kilomba. 2016. Tradução: Jessica Oliveira. Disponível em: <http://www.goethe.de/mmo/priv/15259710-STANDARD.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2021.

KYRILLOS, Gabriela. Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. **Rev. Estud. Fem.**, v. 28, n. 1, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/zbRMRDkHJtkTsRzPzWTH4Zj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2021.

KYRILLOS, Gabriela; STELZER, Joana. Uma análise interseccional de gênero e raça sobre as medidas adotadas em prol da eficácia da CEDAW no Brasil. **Cadernos pagu**, n. 61, 2021.

LAPROVITA, Viviane. “**Eu sou mulher do poder**” – Mulheres negras em movimento: resistência e reação na cidade do Rio de Janeiro. Salvador, Bahia. 2019.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**. Trad. Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MACHADO, Simone Silva Porto; PAES, Kettle Duarte. Os desafios enfrentados pelas mulheres negras empreendedoras na cidade de Rio Grande-RS. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.5, p. 45693-45715, 2021.

MALTA, Renata Ribeiro; OLIVEIRA, Laila Thaíse Batista. Enegrecendo as redes: o ativismo de mulheres negras no espaço virtual. **Revista Gênero**, Niterói, v.16, n.2, p. 55 – 69, 2016.

MARQUES, Melanie Cavalcante; XAVIER, Kella Rivetria. A gênese do movimento feminista e sua trajetória no Brasil. *In*: VI Seminário CETROS – Crise e mundo do trabalho no Brasil, 2018, Itaperi. **Anais [...]**, UECE, Itaperi, 2018.

MARTINS, Ana Paula Antunes. O Sujeito “nas ondas” do Feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade. **Revista Café com Sociologia**, v. 4, n. 1, 2015. Disponível em: <http://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/443#:~:text=Atualmente%2C%20na%20condi%C3%A7%C3%A3o%20de%20movimento,car%C3%A1ter%20supostamente%20essencialista%20e%20universal.&text=Sujeito.,Corporeidades%5B1%5D>. Acesso em: 05 ago. 2021.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, 2010.

MIGNOLO, Walter D.; OLIVEIRA, Marco. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. **Rev. bras. Ci. Soc.**, v. 32, n. 94, 2017.

MOREIRA, Marina Gonçalves; SOUSA, Dyana Helena de Souza. Negra, acadêmica e preterida: do conto às realidades afetivas no Brasil. *In*: ALVES, Míriam Cristiane; ALVES, Alcione Corrêa. **Redes Intelectuais: epistemologias e metodologias negras, descoloniais e antirracistas**. 1. ed. Porto Alegre: Rede Unida, 2021.

MOTTA, Alda Britto; SANDENBERG, Cecília; GOMES, Marcia. **Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas**. Salvador: NEIM/UFBA, 2000.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Por uma história do homem negro. *In*: RATTTS, Alex. **Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial; Kuanza, 2006. p. 93-98.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Guerreiras de Natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

OLIVEIRA, Maria Luisa; MENEGHEL, Stela Nazareth; BERNARDES, Jefferson de Souza. Modos de subjetivação de mulheres negras: efeitos da discriminação racial. **Psicol. Soc.**, v. 21, n. 2, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000200014>.

PAIVA, Talita Teixeira; CAMPOS, Ana Paula. As mulheres negras e o enfrentamento ao racismo no Brasil: elementos introdutórios. In: XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2018, Vitória. **Anais [...]**, Vitória, v. 16 n. 1, 2018.

PEREZ, Olivia; RICOLDI, Arlene. A quarta onda do feminismo? Reflexões sobre movimentos feministas contemporâneos. **42º Encontro Anual da ANPOCS GT8: Democracia e desigualdades**, Caxambu, 2018.

PINHEIRO, Odette de Godoy. Entrevista: uma prática discursiva. In: SPINK, M. J. (Org.) **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: Aproximações Teóricas e Metodológicas**. Edição Virtual. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

PINTO, Celia Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 18, n. 36, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgQNzxNjZNcSBf5r>. Acesso em: 08 ago. 2021.

PRESTES, Clélia; PAIVA, Vera. Abordagem psicossocial e saúde de mulheres negras: vulnerabilidades, direitos e resiliência. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 673-688, 2016.

RAGO, M. **A aventura de contar-se: Feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. 1ª reimpressão. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

RIBEIRO, Djamila. As diversas ondas do feminismo acadêmico. Portal Geledés, 25 nov. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/diversas-ondas-feminismo-academico/>. Acesso em: 08. ago.2021.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das letras, 2018a.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Cia das Letras, 2018b.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. **SUR 24**, v. 13, n. 24, p. 99 – 104, 2016.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Suel Carneiro: Pólen, 2019.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 987-1004, 2008.

RIBEIRO, Paula Regina Costa Ribeiro *et al.*, Gênero e Sexualidade. In: **III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade**, 2018, Rio Grande. Rio Grande: Ed. da FURG, 2018.

RODRIGUES, Cristiano Santos; PRADO, Marco Aurelio Maximo. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o estado brasileiro. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 3, p. 445-456, 2010.

RODRIGUES, Luciana; SILVA, Aline Kelly. Por uma política de escrita do cotidiano: enfrentamentos ao racismo e sexismo na academia. *In*: ALVES, Míriam Cristiane; ALVES, Alcione Corrêa. **Redes Intelectuais**: epistemologias e metodologias negras, descoloniais e antirracistas. 1. ed. Porto Alegre: Rede Unida, 2021.

SANTOS, Camila Dutra. Narrativas de uma psicóloga negra: reflexões sobre o processo de formação profissional, intelectual e pessoal. *In*: ALVES, Míriam Cristiane; ALVES, Alcione Corrêa. **Redes Intelectuais**: epistemologias e metodologias negras, descoloniais e antirracistas. 1. ed. Porto Alegre: Rede Unida, 2021.

SANTOS, Ivoneide Bezerra de Araújo. Letramento cívico na EJA: o trabalho com gêneros discursivos em projetos de letramento. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v. 9, n. 4, p. 283-303, 2012.

SANTOS, Jeniffer Stephanie Cardoso. Articulando gênero e raça: algumas críticas do feminismo negro ao pensamento feminista hegemônico ocidental. **Revista três pontos 13.1**, Dossiê Múltiplos Olhares sobre Gênero, 2017.

SANTOS, Neuza. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Edições GRAAL, 1983

SANTOS, Sttefane Pereira. A sub representação das mulheres negras no Brasil: Quem representa a base da pirâmide social? **Revista três pontos**, Dossiê Epistemologias Negras e Indígena, v. 17 n. 2, 2020.

SANTOS, Steffane Pereira. Movimento de Mulheres Negras no Brasil: Rompendo com os silenciamentos e protagonizando vozes. **Revista de Ciências do Estado**, v. 5, n. 2, 2020.

SCHUMAHER, Schuma. **Gogó de Emas**: a participação das mulheres na história do Estado do Alagoas. Rio de Janeiro: REDEH, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 30 out. 2019.

SENKEVICS, Adriano. O conceito de gênero por Judith Butler: a questão da performatividade. [Online], 15 set. 2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-conceito-de-genero-por-judith-butler-a-questao-da-performatividade/>. Acesso em: 09 ago. 2021.

SILVA, A. P.; BARROS, C. R.; NOGUEIRA, M. L. M.; BARROS, V. A. “Conte-me sua história”: reflexões sobre o método de História de Vida. **Mosaico: estudos em Psicologia**, v. 1, n. 1, p. 25-35, 2007.

SILVA, Danillo da Conceição Pereira. Performances de gênero e raça no ativismo digital de Geledés: interseccionalidade, posicionamentos interacionais e reflexividade. **Rev. Bras. Linguíst. Apl.**, v. 20, n. 3, p. 407-442, 2020

SILVA, Ellen Karla Sousa da; CONTE, Daniel. Resistir é preciso? Feminismos como forma de resistência às opressões. **fólio - Revista De Letras**, v. 13, n. 1, 2021. <https://doi.org/10.22481/folio.v13i1.8311>

SILVA, Elen Karla Sousa da Silva. Resistir é preciso? Feminismos como forma de resistência às opressões. **fólio - Revista De Letras**, v. 13, n. 1, 2021. <https://doi.org/10.22481/folio.v13i1.8311>

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SPINK, Mare Jane; MEDRADO, B. Produção de Sentido no Cotidiano: uma abordagem teórico metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, M. J. (Org.) **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: Aproximações Teóricas e Metodológicas**. Edição Virtual. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

SPINK, Mare Jane. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

SPINK, M. J.; LIMA, H. Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In: SPINK, M. J. (Org.) **Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano: Aproximações Teóricas e Metodológicas**. Edição Virtual. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

SPINK, P. K. *et al.* Documentos de domínio público e a produção de informações. In: SPINK, *et al.* (Orgs.) **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. 1.ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

TRUTH, Sojourner. E não sou uma mulher? (1851). **Portal Geledés**, 08 jan. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 31 jul. 2021.

TRUTH, Sojourner. Feminismo negro: la política como articulación. In: TRUTH, Sojourner; WELLS, Ida; COLLINS, Patricia Hill; DAVIS, Angela; STACK, Carol; CARBY, Hazel. PARMAR, Pratibha; IFEKWUNIGWE, Jayne; ANG-LYGATE, Magdalene. **Feminismos negros: Una antología**. Traficantes de Sueños, 2012. Disponível em: <https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/Feminismos%20negros-TdS.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2021.

VELASCO, Mercedes Jabardo. Construndo pontes; Diálogos a partir do/ com o feminismo negro. **Revista Ártemis**, v. 27, n. 1, 2019.

YZALÚ. “Mulheres negras” - Yzalú no Estúdio Showlivre 2016. Showlivre. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6p9cthjjMa4>. Acesso em:

WERNECK, Jurema. **Mulheres negras**: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro, Criola, 2010.

APÊNDICE A – Linhas narrativas “história de Vanda”

1960	1970	1977	1978	1979- 1980	1982	1984	1990
INCIDENTES CRÍTICOS							
Nascimento da Vanda	Morte do Pai; Observada por uma professora Discriminação na escola	Início das atividades laborais	Entra na faculdade; Participação no DCE e coral da Ufal.	Discriminação racista vivenciada por um dos precursores leva à organização da Associação da qual participa; Assume o concurso da PC	Através do movimento negro inicia no movimento feminista.	Representa as mulheres negras no Conselho da Mulher	Preside o Conselho Municipal
ACONTECIMENTOS							
Inicia situando seu local e ano de nascimento, sua posição na constelação familiar e as características familiares de raça, laboral, social.	Dificuldades financeiras, mãe passou a costurar para fora.	Contraria o desejo do irmão de ser médica e pela falta da sua ajuda começa a dar aulas particulares para juntar dinheiro e entrar no curso de Psicologia; Faz curso de Manicure e pedicure.	Inicia na faculdade de Psicologia. Fortalecimento das pautas raciais pela família.	Criação da Associação Cultural Zumbi; Movimento de lutas pelos direitos de pessoas negras e início de sua militância aos 18 anos.	Aponta os primeiros órgãos instituídos pelo movimento feminista de Maceió, destacando as precursoras do feminismo no estado.	Foi a segunda mulher negra a assumir a representação dessa categoria no Conselho da Mulher.	Defende que as conselheiras brancas do Conselho assumissem as questões raciais que envolviam mulheres negras como pauta de todas as mulheres, embora exista especificidades. Avalia que apesar do incômodo causado, a questão racial foi assumida no Conselho.

1992	1993	1995	1996	2000	2002 a 2006	2007	2015
INCIDENTES CRÍTICOS							
Participa da criação do Fórum de Entidades Autônomas de mulheres de Alagoas e passa a representá-lo com Sonia Nascimento junto à Articulação de Mulheres Brasileiras.	Participa da gestão do sindicato da Polícia Civil como vice-presidenta e a partir daí há a identificação com a instituição [Polícia].	Ano de chegada do seu filho, Arytan. Logo após, assume a presidência do sindicato até o final do mandato, lutando pelas pautas da pasta, sendo a primeira mulher no Brasil a dirigir um sindicato da categoria.	Em 1996 após o término do mandato sindical, assume seu cargo de Perita Criminal até sua aposentadoria em 2017. Convite da secretária de Saúde para fazer parte do programa municipal DST-AIDS	Assume o Comitê de Saúde da Mulher com uma equipe de treze mulheres e institui a saúde integral da mulher com a saúde da criança, saúde do Adolescente, da mulher idosa e o pré-natal humanizado. Maceió foi o município onde nasceu o primeiro bebê de parto humanizado.	Convite do governador para assumir o cargo secretária da Mulher do estado de Alagoas. Secretaria da Mulher (2002 a 2006); Filiação ao PSB Candidatura a vice-prefeita	Período do governo de Geraldo Bulhões faz greves durante a sua gestão no sindicato	Participa da criação da Rede de Mulheres Negras do Nordeste e organiza com ativistas negras em Maceió da rede de Mulheres Negras de Alagoas; participa da Coalizão Negra por Direitos.
ACONTECIMENTOS							
1992	1993	1995	1996	2000	2002 a 2006	2007	2015
Passa a representá-lo junto à Articulação de Mulheres Brasileiras.	Identificação com a instituição [Polícia]. Sendo a primeira mulher no Brasil a dirigir um sindicato da categoria;	Mudança de trabalho com a chegada do filho. É inserida na Perícia.	Trabalho preventivo na área da Saúde com as Prostitutas e travestis. Ressalta os efeitos do trabalho com os travestis. Campanha PRÓ-VIDA que trabalhava a questão da cidadania com profissionais do sexo e travestis.	Assume o Comitê de Saúde da Mulher e através desse trabalho institui a saúde da criança do Adolescente, da mulher idosa, o pré-natal humanizado.	É nomeada secretária da primeira Secretaria da Mulher do país; Além de realizar um apanhado de todas as violências com relação as mulheres e publicar; realizou parcerias importantes com mulheres feministas no país; Filia-se ao PSB e posteriormente candidata-se a vice-prefeita.	Ressalta os efeitos positivos de sua gestão no sindicato e das ações, principalmente greves, que levaram às conquistas.	Edificação do Feminismo Negro em sua vida.

	2017	2021
INCIDENTES CRÍTICOS	Se aposentou da PC	faz consultorias, formação, oficinas e palestras na área de gênero e relações raciais em Alagoas e fora do Estado
ACONTECIMENTOS	Assumiu o cargo de psicóloga do município de Teotônio e coordena o programa de prevenção da gravidez na adolescência APAR.	Esse trabalho já rendeu frutos, com uma redução de quase 30%.